



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DOCUMENTO PARA DEBATE
NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
INSTITUTO DAS CIDADES
CAMPUS ZONA LESTE

2015

Prof.^a Dr.^a Soraya Smaili

Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Minhoto

Pró-Reitora de Graduação

Coordenadora do Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes

Pró-Reitor adjunto de Planejamento

Coordenador do Planejamento de Implantação do Campus Zona Leste

**Comissão Mista do Conselho Universitário para Implantação do Campus Zona Leste
(Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013)**

Representantes da Unifesp: Soraya Soubhi Smaili, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Lucia Formigoni, Pedro Arantes, Aguiar Furuie, Cristina Gabrielloni, Carlos Alberto Bello, Luiz Leduino de Sales Neto, Elaine Muniz Pires, Ramon Brandão. *Representantes do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste:* Amauri Lima, Ana Martins, Anderson Migri da Cunha, Antonia Sarah Aziz Rocha, Claudio Cobos, Flariston Francisco da Silva Jorge Macedo, Luis França, Marcio de Almeida, Tião Soares, Valter de Almeida Costa, Waldir A. Augusti.

**Coordenação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos
(Portaria Prograd n.5 de 15 de maio de 2015)**

Coordenação geral:

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação Unifesp)

Coordenação e vice coordenação PPC de Administração Pública:

Prof.^a Dr.^a Gabriela de Breláz (Unifesp Osasco) e Prof.^a Dr.^a Marcia Carvalho de Azevedo (Unifesp Osasco)

Coordenação e vice coordenação PPC Arquitetura e Urbanismo:

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (Unifesp Guarulhos) e Prof. Wilson Ribeiro Junior (PUC-Camp) em cooperação

Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Ambiental e Sanitária:

Prof. Dr. Zysman Neiman (Unifesp Diadema) e Prof. Dr. Cledson Akio Sakurai (Unifesp Baixada Santista)

Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Civil:

Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC) e Prof. Dr. Renato Dagnino (Unicamp) ambos em cooperação

Coordenação e vice coordenação PPC Geografia Licenciatura e Bacharelado:

Prof. Dr. Jorge Barcellos (Unifesp Guarulhos) e Prof. Dr. Marcos Xavier (Unila) em cooperação

Colaboração especial com os PPCs de Engenharia:

Prof. Dr. Yoshiaki Shimbo (UFSCar)

Site:

www.unifesp.br/campus/zonaleste

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Versão 1)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Administração Pública
 - c. Dados Técnicos do Curso
 - d. Turnos e Horários de Funcionamento
 2. HISTÓRICO
 - a. Da Unifesp
 - b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste
 3. OBJETIVOS E de
 - a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades
 - b. Objetivos e Princípios do Curso de Administração Pública
 4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES
 5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA
 6. PERFIL DO EGRESSO
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Administração Pública
 - c. Campo de atuação profissional
 7. PERFIL DOCENTE
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Administração Pública
 - c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes
 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
 - a. Narrativa e síntese progressiva
 - b. Núcleos Temáticos
 - c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)
 - d. Matriz Curricular
 9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO
 10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E VIAGENS DE ESTUDO
 12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
-

13. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Ensino
 - b. Pesquisa
 - c. Extensão
 - d. Exposição e Fóruns anuais
 - e. Atividades Complementares
 - f. Residência em Cidades
14. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades
 - b. Gestão Acadêmica do Curso de Administração Pública
 - c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos
15. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO
 - a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem
 - b. Sistema de Avaliação e Renovação do Projeto Pedagógico do Curso
16. COOPERAÇÃO ACADÊMICA
 - a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp
 - b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo
 - c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais
 - d. Cooperação Internacional
17. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs
 - a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio
 - b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação - TAEs
18. APOIO AO ESTUDANTE
 - a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
 - b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação
19. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Docentes do Curso de Administração Pública
 - b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades
 - c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste
20. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
21. EMENTÁRIO
22. REFERÊNCIAS
23. ANEXOS
 - a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC
 - b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso
 - c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC

1. APRESENTAÇÃO

a. Do Instituto das Cidades

A Universidade Federal de São Paulo tem o compromisso de continuar a expansão do ensino superior público no Estado com menor porcentagem de vagas públicas por habitante e recebeu a incumbência da Presidenta da República, em agosto de 2011 (quando anunciados 47 novos campi federais no Brasil), de implantar três novos campi. Destes, o Campus Osasco já se encontra em pleno funcionamento e, em 2014 foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário a implantação do Campus Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura em 2013.

Ao longo de 2013 e 2014, com participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e workshops, formulamos a proposta de um Instituto cujo tema estratégico e aglutinador são as cidades e assentamentos humanos – cujos problemas históricos que se perpetuam e se agravam (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos espaços públicos, aumento das áreas de risco, desequilíbrios intraurbanos e regionais, imensas desigualdades sócio-espaciais, entre outros) e a necessária pesquisa de soluções são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades. Tal proposta compreende que a pesquisa, a análise crítica, a formação de profissionais engajados na formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo, são fundamentais para a solução destes problemas.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades é resultado desse processo de discussão e mobilização. Sua redação final, aprovada pelo Conselho Universitário em dezembro de 2014, está disponível no site do Instituto (www.unifesp.br/campus/zonaleste).

A missão do Instituto das Cidades é favorecer espaços de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar entre formações complementares, para resolução de problemas urbanos complexos, de modo a conceber, transformar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis – e tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisas em cidades, que tem crescido enormemente, com novos centros, não apenas na Europa e EUA, mas também na Índia, China, África e América Latina.

O Instituto das Cidades (IC) será formado pelos seguintes cursos de graduação:

1. Administração Pública (bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (bacharelado)
3. Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
4. Engenharia Civil (bacharelado)
5. Geografia (bacharelado e licenciatura)
6. Design (bacharelado)
7. Engenharia de Mobilidade e Transportes (bacharelado)
8. Turismo (bacharelado)

Os cursos 1 a 5 já estão autorizados pelo Conselho Universitário da Unifesp e pactuados com o MEC para sua implantação imediata. Os cursos 6 a 8 fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Instituto, aprovado pelo Consu, e planejados para abertura futura.

b. Do Curso de Administração Pública

O curso de Administração Pública da Universidade Federal de São Paulo Unifesp é parte do Instituto das Cidades, situado no Campus Zona Leste da capital paulista, em região da metrópole que foi ocupada historicamente pela classe trabalhadora. Reiterando a vocação pública e a integração com os demais cursos de formação acadêmica e profissional do IC vinculados às áreas de conhecimento correlatas à Administração Pública que pensam, planejam, projetam, constroem, mantêm, regulam e transformam as cidades, o curso de Administração Pública tem como compromisso descrever, compreender e propor soluções para problemas que atingem os cidadãos, assim como desenvolver as potencialidades das cidades.

O curso de Administração Pública da Unifesp nasce a partir de uma discussão acerca de importância da gestão das cidades de forma integrada, levando em consideração suas especificidades, complexidades e potencialidades. Formular políticas públicas, implementá-las, monitorá-las e avaliá-las assim como gerir equipamentos públicos, ouvir e lidar com diferentes atores e grupos de interesse, promover uma gestão pública aberta e transparente permeada pelos valores de uma *accountability* democrática, trabalhar com a realidade federativa do Estado Brasileiro, lidar com os poderes executivo, legislativo e judiciário, entre outras, são funções do administrador público em cidades e em outras formas de ocupação do território.

Ao estar inserido no Instituto das Cidades, o curso dialoga com outros atores igualmente importantes para o desenvolvimento destes espaços de convívio permeados por relações sociais, econômicas e políticas e que são palco hoje de um colapso de infraestruturas e serviços de um urbanismo acelerado e mal planejado. Assim, torna-se necessária uma redefinição de políticas e ações em novos rumos, que promovam uma inflexão no modo de pensar, planejar, projetar e construir as cidades, que definam seus parceiros em defesa do que é comum, da qualidade de vida em uma cidade mais justa e sustentável para todos. Adicionalmente, por estar inserido em uma universidade multicampi, a interlocução se amplia potencializando a construção de conhecimento de forma colaborativa.

De forma mais ampla, pretende-se estabelecer como um espaço referência de discussão crítica e construtiva da administração pública e dos seus pilares com os diversos atores que a formam, como cientistas sociais, cientistas políticos, economistas, administradores, profissionais do direito, arquitetos e urbanistas, engenheiros, geógrafos entre outros. De forma mais estrita pretende formar alunos com vocação pública para a gestão das cidades, diretamente através da atuação governamental, ou indiretamente através de organizações da sociedade civil ou empresas que desempenhem estas funções. Este espaço crítico-reflexivo e de formação será construído de forma colaborativa.

O curso de Administração Pública do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública, por fim buscará através das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a formação de administradores públicos, a discussão com diversas comunidades (local, acadêmica, política), a transformação progressista das cidades em espaços democráticos para todos os cidadãos, assim como a promoção do direito à uma cidade justa e sustentável.

c. Dados do Curso

- Dados da Instituição

- Nome da Mantenedora: Governo Federal, Ministério da Educação
- Nome da IES: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
- Lei de Criação: Lei 8.597, de 17 de Dezembro de 1994.
- Nome do Curso: Administração Pública
- Grau: Bacharelado
- Forma de Ingresso: Anual (Sisu ou transferência)
- Número total de vagas: 120
- Turno (s) de funcionamento: Matutino e Noturno
- Carga horária total do curso: 3000 horas + Estágio obrigatório de 360 horas
- Regime do Curso: Parcial
- Tempo de integralização: 8 semestres (diurno); 10 semestres (noturno)
- Situação Legal do Curso: em elaboração do PPPC
- Endereço de funcionamento do curso: Campus Zona Leste. Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08260-001
- Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso – CC: Ainda não possui conceitos-
- Resultado do ENADE no último triênio: Ainda não teve resultado do ENADE-
- Política de cotas: reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, estudantes que cursaram ensino médio em escola pública e, dentro desta, um bônus regional para escolas da Zona Leste. [Observação: sistema de bônus regional é adotado desde 2009 pela UnB nos campi das cidades satélites e pela UFPE – precisamos avaliar legalidade e implementação]

d. Turnos e Horários de funcionamento

O Instituto das Cidades contará com cursos de graduação matutinos e noturnos, atividades diversificadas no período vespertino, utilizando sua infraestrutura em tempo integral.

Organização temporal:

7:00 - Abertura do Campus

7:30 as 8:30 – Café da Manhã

8:30 às 13:00 – Graduação Matutino (4h + intervalo 30 min)

12:00 às 14:00 – Almoço

14:00 às 18:00 – Pós-Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão, Atividades Complementares, Esporte, Estágio Programado

18:00 às 20:00 – Jantar

19:10 às 22:30 – Graduação Noturno (3h + intervalo 20 min)

23:00 - Fechamento do Campus

Funcionamento Administrativo: 9:00 às 18:00 (horário comercial)

Plantão de Manutenção (até as 23:00)

Secretaria de Alunos e Biblioteca: 10:00 às 22:00 (atendimento contínuo por 12 horas)

2. HISTÓRICO

a. Da Unifesp

[texto padrão está sendo revisto pelo PDI 2016-2020 da Unifesp]

b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste

O Campus Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp como também da mobilização de movimentos sociais na região para a instalação de universidades públicas que atendam a uma população que hoje supera o número de 4 milhões de pessoas. Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização popular pela democratização da cidade e da sociedade. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola de primeiro e segundo grau (hoje ensino fundamental e ensino médio), pela abertura das escolas no período noturno e pela democratização da escola (participação dos estudantes e comunidades na gestão), o movimento defendeu a existência de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Na década de 1990, representantes dos movimentos da zona leste visitaram os reitores das universidades públicas do Estado de São Paulo, inclusive a Unifesp que, segundo o reitor à época, via a necessidade de expandir a atuação da instituição com a criação de um campus universitário para a zona leste. Em 1996, o reitor Dr. Hélio Egydio Martins (1995-2003) nomeou uma comissão de estudos para efetivar a expansão da Unifesp naquela região, com cursos na área de Ciências Ambientais. A localização prevista para essa expansão da Unifesp era a mesma onde hoje está localizada a USP Leste – EACH. Participaram dessa Comissão representantes da zona leste e da universidade, entretanto a Comissão não teve prosseguimento.

Em 2005, foi inaugurado o Campus Zona Leste da USP, com nove cursos de graduação. Em 2008, o movimento entrega ao então Ministro da Educação Fernando Haddad um documento com a reivindicação de levar uma universidade federal para a região, indicando o terreno da antiga fábrica Gazarra, uma metalúrgica que falira, situada na Avenida Jacu-Pêssego, em Itaquera, próximo à APA do Carmo, para a sua instalação. Em 2011, a Unifesp inicia as negociações para a instalação do campus, quando participa da escolha do terreno da Gazarra, em conjunto com o movimento pela implantação da universidade, a prefeitura e o MEC. O terreno, de 173 mil m², foi leiloado após a falência da fábrica e, poucos meses depois, foi decretado o interesse público para sua desapropriação, que se consumou apenas em janeiro de 2013.

Em março do mesmo ano, a Câmara Municipal aprovou lei autorizativa de cessão do terreno por 90 anos para a implantação do Campus Zona Leste, como parte do programa atual do MEC de expansão de 47 novos campi. A prefeitura realizou Investigação Confirmatória e agora contrata Investigação Detalhada e Projeto de descontaminação de solo, em função da atividade industrial. A Cetesb segue acompanhando o processo e autorizou a contratação de projetos e obras em parcela do terreno na qual não foram encontrados indícios de contaminação industrial.

Após a realização de três Audiências Públicas sobre a implantação do Campus, realizadas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e na Zona Leste, em agosto de 2014 o Conselho Universitário nomeou uma Comissão Mista, com 12 membros indicados da universidade e 12 da sociedade civil. Dentre os trabalhos da Comissão foram analisados e debatidos os cursos de graduação a serem implantados, as atividades de extensão universitária já em andamento, os projetos de edificações e o cronograma de implantação do campus, para que pudessem ser definidos e aprovados nos conselhos centrais pertinentes e no CONSU.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014 e aprovado por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro de 2014. Em abril, o Ministério da Educação (MEC) manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico do Instituto das Cidades, ratificando a pertinência do tema e o modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014 realizamos um novo seminário para aprofundamento do projeto pedagógico, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussões com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria e o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do Campus (número de cursos, estudantes, professores, técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil).

Em sessão histórica do dia 17 de dezembro de 2014, com a presença de representantes do Movimento da Zona Leste, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o novo Campus, com diversas manifestações de apoio ao projeto inovador e estratégico do Instituto das Cidades e todo o planejamento que está sendo feito para sua implantação. No dia 18 de dezembro a Reitora Soraya Smaili foi a Brasília e assinou a pactuação aprovada pelo Conselho, dando oficialmente início ao Campus Zona Leste.

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades

Objetivos:

- Oferecer novos cursos de graduação necessários à consolidação de uma instituição superior plena, que fomentem o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área de conhecimento estratégica para a Unifesp e para o Brasil, propiciando a participação da universidade no debate global sobre cidades (das megalópoles às pequenas cidades) e assentamentos humanos (vilas rurais, aldeias indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas etc.), seus problemas, soluções e potencialidades;
- Viabilizar as condições acadêmicas, espaciais, temporais e de infraestrutura física e recursos humanos para que os cursos de graduação, pós-graduação e as atividades de extensão relacionadas ao urbano e assentamentos humanos agreguem e desenvolvam saberes e práticas comuns ao seu objeto;

- Tornar-se polo de formação em políticas e tecnologias urbanas, com reconhecimento nacional e internacional, participando de redes internacionais de pesquisa e colaboração na área;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e extensão universitária, colaborando para minimizar o desequilíbrio entre oferta privada e pública de ensino superior na zona leste, considerando inclusive a baixa oferta de cursos voltados a essa área na região;
- Promover a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores para refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre problemas complexos, tais como:
 - a precariedade das infraestruturas urbanas;
 - a segregação socioespacial e a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos e serviços públicos;
 - o travamento da mobilidade urbana dirigida pelo favorecimento ao automóvel;
 - a falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões e os problemas de saúde pública;
 - a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes ambientais que atingem sobretudo os mais pobres.
- Promover, no âmbito local, a interação entre Humanidades, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Arte e Tecnologia, por meio da interdisciplinaridade e da contextualização a ser prevista nas matrizes curriculares dos cursos e ampliar a possibilidade de interação por meio de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizar métodos de ensino atualizados e inovadores, que estimulem simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais, ateliês de projeto, canteiros de obras experimentais, laboratórios de ciências aplicadas e oficinas de materiais, ofícios e modelos;
- Colaborar com as instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais, fóruns de prefeitos e redes de movimentos populares e organizações não governamentais – por meio da pesquisa, extensão, estágio e residência multiprofissional em Cidades.
- Estabelecer relações com o entorno por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região. A futura localização do Instituto é propícia: em seu entorno estão combinadas moradias (grandes conjuntos habitacionais, autoconstrução e produção de mercado), indústrias, eixos de transportes, equipamentos comerciais e de lazer/cultura, chácaras remanescentes e áreas de preservação ambiental, síntese complexa de situações recorrentes nas grandes metrópoles brasileiras e do mundo, o que permite ações e investigações locais com caráter de exemplaridade.

Princípios:

- A **vocação pública**, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública orientada pelas demandas sociais e do desenvolvimento nacional, deverá guiar o ensino, a

pesquisa e a extensão no Instituto das Cidades, dirigidos às políticas e projetos que fomentem o interesse público, o bem comum, a equidade, a sustentabilidade, a ética, a criatividade e inovação, a economia solidária, em defesa do direito a cidades melhores, mais justas, belas e saudáveis;

- A **defesa da relevância e atualidade** na escolha de temas de ensino, extensão e pesquisa com a definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores, em seus bairros e condições de vida nas cidades, a partir de uma realidade social, espacial e historicamente determinada, local e globalmente, como dado que precede e orienta a intenção e o método de pesquisar e ensinar;
- A **compreensão de que os problemas e soluções sociais devem ser pensados considerando a dimensão territorial dos mesmos**, pois resultam das relações físicas e sociais, de poder, classe, econômicas, étnicas e culturais que constituem o meio construído, enfatizando no ensino, pesquisa e extensão essa condição fundamental da vida cotidiana, dos sistemas ambientais às políticas sociais e de desenvolvimento;
- A **defesa do prazer na relação com o conhecimento**, criando contextos de ensino e aprendizagem que sejam criativos, estimulantes, participativos, colaborativos – em que professor e estudantes construam situações de diálogos motivadoras no encontro com o saber, evitando as práticas e atitudes de opressão, humilhação, sofrimento, competição que muitas vezes caracterizam as formas convencionais de ensino-aprendizagem.
- O ensino, pesquisa e extensão em **interlocação com a sociedade civil e os cidadãos**, com aqueles para os quais a cidade é meio de vida e valor de uso, mantendo uma visão atenta e crítica em relação ao Estado e ao Mercado, a defesa da democracia plena, caracterizando casos, problemas e pesquisando soluções de forma dialógica e cooperativa, ouvindo as demandas, ideias e posições da população e aprendendo igualmente com seu saber e sua inteligência resolutiva em relação às carências cotidianas;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua **interlocação com os demais produtores da cidade**, entendendo o profissional formado no Instituto das Cidades como um dos agentes de uma cadeia mais ampla na construção do ambiente urbano, tendo consciência profissional e ética das consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais de seus atos, prescrições e projetos para os demais produtores, em suas condições de trabalho, saúde e segurança, dando-lhe visibilidade, voz e atuando em cooperação, em especial com aqueles que estão nas situações mais vulneráveis – na extração de matérias-primas, na fabricação de materiais de construção e nos canteiros de obra;
- A **atuação interdisciplinar e coletiva** na compreensão e resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem com grupos de estudantes de múltiplas formações (internas ao IC, mas também com as outras unidades e áreas de conhecimento da Unifesp), que deverão levar para sua vida profissional o princípio de atuação cooperativa multidisciplinar na avaliação e enfrentamento dos grandes problemas urbanos;

- A **indissociabilidade entre teoria e prática**, como princípio formador e integrador das atividades de ensino-aprendizagem, evitando a fragmentação do currículo em momentos estanques, com permanente problematização e pesquisa de soluções no sentido de um profissional capaz de agir de forma reflexiva e propositiva de soluções, simultaneamente;
- A **indissociabilidade entre meios e fins**, como meio de evitar a autonomização das soluções em relação aos contextos e problemas reais, a emergência de uma razão técnica e instrumental dissociada das questões substantivas, de modo a sempre emitir juízos de valor, éticos e profissionais sobre as decisões que estão sendo tomadas na execução de projetos e políticas para as cidades.
- A proposição de **políticas e tecnologias sociais e sustentáveis**, em oposição às tecnologias que degradam, exploram e subordinam os trabalhadores, os cidadãos e os recursos naturais e impõem situações de insalubridade e sofrimento à totalidade da população, estimulando o ensino, pesquisa e extensão para propor novas e resgatar antigas formas de produção da cidade, desenvolvidas e controladas pelo conjunto dos habitantes, sustentáveis social e ambientalmente;
- A **defesa da história dos lugares e da qualidade do ambiente construído** é princípio indissociável na transformação progressista das cidades em espaços de solidariedade, harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos, procurando soluções políticas e técnicas que favoreçam cidades que atendam de forma inteligente e criativa as necessidades de suas populações, que preservem de forma viva e integrada sua história e seu patrimônio construído e natural, que reforcem o sentido do seu lugar no mundo, que sejam a expressão de cidades que valorizem seus habitantes e seus contextos socioculturais.

b. Objetivos e Princípios do curso de Administração Pública

Objetivo principal:

Formar profissionais com espírito crítico, comprometidos com o interesse público, capazes de administrar cidades e políticas públicas, com sólido conhecimento sobre formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas, planos e programas públicos, preparados para lidar com conflitos e que atuem na redução das desigualdades e no desenvolvimento de cidades justas e sustentáveis.

Objetivos específicos:

- Formar administradores públicos capazes de lidar com interesses variados, contemplando princípios e mecanismos de gestão participativa, ética e baseada no espírito público;
- Contribuir com a construção do conhecimento no campo da administração pública, com particular interesse na temática de gestão de cidades;
- Formar administradores públicos aptos para atuar direta ou indiretamente na administração pública;
- Estimular o desenvolvimento integrado das atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na melhoria dos sistemas de gestão urbanos;
- Promover e estimular os valores e princípios da justiça e sustentabilidade das cidades;
- Desenvolver pensamento crítico, autônomo e protagonista; estimulando a compreensão sistêmica do ambiente urbano e do contexto histórico e social e a sua relação com as formas e estruturas de gestão;
- Proporcionar uma capacitação baseada em um amplo conhecimento multidisciplinar de forma que o aluno possa compreender a complexidade da administração pública e a interdependência das ações dos gestores em diferentes áreas do ambiente urbano;
- Formar gestores com sólidos conhecimentos dos fundamentos, teorias e práticas da área da administração pública;
- Fomentar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão para a administração de cidades;
- Fortalecer o conhecimento das finanças públicas e da gestão orçamentária das cidades visando eficiência, eficácia e efetividade no planejamento, execução orçamentária e prestação de contas do orçamento público;
- Fomentar o desenvolvimento de conhecimento de gestão logística e sistemas de informação voltados para a gestão de ambientes urbanos;
- Formar gestores que tenham a qualidade dos sistemas de gestão como um objetivo;
- Promover a integração interdisciplinar entre os cursos do Instituto das Cidades, promovendo ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos processos de gestão.

Princípios:

De acordo com as DCNs do Curso de Administração Pública (2014) são princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Incluímos também como princípio o incentivo a mobilidade nacional e internacional do estudante.

Os princípios direcionadores do Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública estão em consonância com o projeto pedagógico da UNIFESP:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** Na Universidade, o ensino em seus diferentes níveis, a pesquisa e a extensão devem ser vistas como indissociáveis e interdependentes. O ensino está presente na formação do pesquisador e nas atividades extensionistas da Universidade, a pesquisa encontra na extensão e no próprio ensino, campos relevantes de investigação. Por outro lado, as atividades de extensão aproximam os estudantes da realidade local e regional da área de abrangência da Universidade e alimentando os projetos de pesquisa e construção de novos conhecimentos.
- **A pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão:** Diante do processo de avaliação e reestruturação em que se encontra o ensino superior no Brasil em que se espera um perfil de aluno ativo, questionador e construtor de seu próprio conhecimento, a pesquisa é importante no processo de formação do profissional. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades brasileiras de 2000, “a pesquisa, compreendida como processo formador, é elemento constitutivo e fundamental do processo de aprender a aprender/aprendendo, portanto prevalente nos vários momentos curriculares”.

- **A prática profissional como eixo norteador do Projeto Pedagógico:** No processo de construção de conhecimento a prática necessita ser reconhecida como eixo a partir do qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano da formação. A prática não se reduz a eventos empíricos ou ilustrações pontuais. Se lida com a realidade e dela se retira os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens. Estrutura curricular, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem alicerçadas na prática, na forma em que esta se dá no contexto real das profissões, possibilitam que o processo de construção do conhecimento ocorra contextualizado ao futuro exercício profissional, reduzindo as dicotomias entre teoria e prática e ciclo básico e ciclo profissional. Em contraposição a modelos tradicionais, a prática profissional será exercitada pelo aluno desde o início dos cursos, atuando como elemento problematizador para a busca do conhecimento necessário para o exercício desta prática. Possibilitará assim um reconhecimento, pelo aluno, da necessidade dos conteúdos escolhidos para compor a estrutura curricular, especialmente dos cursos de graduação.
- **Adoção de enfoques problematizadores:** As metodologias problematizadoras expressam princípios que envolvem assunção da realidade como ponto de partida e chegada da produção do conhecimento, procurando entender os conteúdos já sistematizados como referenciais importantes para a busca de novas relações. Encontra nas formulações de Paulo Freire um sentido de inserção crítica na realidade para dela retirar os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.
As dimensões problematizadoras procuram constituir mudanças significativas na forma de conceber e concretizar a formação de profissionais, configurando uma atitude propositiva frente aos desafios contemporâneos.
- **A interdisciplinaridade:** O desenvolvimento da tecnologia e da ciência em vários campos disciplinares articulado com a crescente complexidade e o avanço significativo com que novas informações são produzidas traz o desafio da integração das disciplinas.
Assumimos que a ênfase interdisciplinar favorece o redimensionamento das relações entre diferentes conteúdos, contribuindo para que a fragmentação dos conhecimentos possa ser superada. Integrar também implica pensar em novas interações no trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo. Nessa reconstrução é importante frisar o lugar fundamental das disciplinas: o espaço inter exige a existência de campos específicos que em movimentos de troca possam estabelecer novos conhecimentos. Assim, a ênfase interdisciplinar demanda não a diluição das disciplinas, mas o reconhecimento da interdependência entre áreas rigorosas e cientificamente relevantes.
- **Valorização da participação ativa do estudante na construção do conhecimento:** A dinamicidade do mundo atual exige dos profissionais competências como autonomia e compromisso com o aprimoramento profissional. Neste sentido, propiciar atividades formadoras que estimulem o desenvolvimento destes atributos é fundamental. A aprendizagem implica em redes de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos estudantes em suas relações com os diferentes tipos de informações. Aprender é, também, poder mudar, agregar, consolidar, romper, manter conceitos e comportamentos que vão sendo (re)construídos nas interações sociais.

- **Conduta facilitadora/mediadora do docente no processo ensino-aprendizagem:** As transformações sociais exigem um diálogo com as propostas pedagógicas, onde o professor assume um lugar de mediador no processo de formação do profissional. Nesse cenário, mediar não equivale a abandonar a transmissão das informações, mas antes construir uma nova relação com o conteúdo/assunto abordado, reconhecendo que o contexto da informação, a proximidade com o cotidiano, a aplicação prática, a valorização do que o aluno já sabe as conexões entre as diversas disciplinas, ampliam as possibilidades de formar numa perspectiva de construção do conhecimento.
- **Articulação com cenários de prática regionais:** A aproximação entre a universidade, e os cenários da futura prática profissional na Zona Leste deve funcionar como um meio de aproximar a formação do aluno às realidades, nacional e regional de trabalho. A percepção da multicausalidade dos processos demanda novos cenários para o ensino- aprendizagem na administração Pública.
Nesta perspectiva, supõe-se uma re-elaboração da articulação teoria-prática, ensino-aprendizagem-trabalho e, fundamentalmente, uma reconfiguração do contrato social da própria universidade com os cenários de potencial prática profissional futura.
- **A integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa:** A convivência entre as atividades de graduação e pós-graduação, bem como das interfaces e interdependências que existem entre estes três momentos de ensino é um princípio deste PPC. Reconhece-se a necessidade de que não haja uma monopolização dos interesses docentes e dos recursos de infraestrutura/fomento em um espaço formativo ou de pesquisa em detrimento de outros, evitando secundarizar e ou marginalizar, especialmente, o ensino da graduação.
- **Dinamicidade do plano pedagógico:** construção e reconstrução permanente: Identifica-se, ainda, a necessidade de que o Projeto Pedagógico seja objeto de estudo pelo docente e pela Instituição, produzindo-se um conhecimento sobre sua importância no desenvolvimento do Projeto Pedagógico institucional e construindo alternativas para lidar com as dificuldades e entraves que emergem em todo o processo transformador.
Para isto, é necessário ampliar a concepção de currículo como uma construção social que se elabora no cotidiano das relações institucionais, podendo ser analisado como: função social, refletida na relação escola-sociedade; projeto ou plano educativo; campo prático que permite analisar a realidade dos processos educativos dotando-os de conteúdo e território de práticas diversas; espaço de articulação entre a teoria e a prática e objeto de estudo e investigação.
- **Avaliação formativa retroalimentadora do processo ensino- aprendizagem:** A avaliação deve subsidiar todo o processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o caso seja necessário. Dentro da visão de que aprender é construir o próprio conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Assim, deve ser um mecanismo constante de retroalimentação, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

- **Desenvolvimento docente:** Observa-se que, na universidade brasileira, interagem diferentes modelos de docência: o do pesquisador com total dedicação à universidade e uma sólida formação científica; o do professor reprodutor do conhecimento e o do professor que se dedica à atividade acadêmica, mas carece de uma formação consistente para a produção e socialização do conhecimento.

A institucionalização de práticas de formação docente torna-se, assim, fundamental. Tomar a própria prática (ação-reflexão-ação) como ponto de partida para empreender transformações no cotidiano do ensinar e aprender na Universidade coloca-se como eixo estruturante para o processo de formação/desenvolvimento docente. Para atingir a esses objetivos, especialmente o desenvolvimento da competência para o trabalho em equipe, na perspectiva interprofissional, este Projeto Pedagógico assume como direcionador das ações os princípios da educação interprofissional.

4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES

Os oito cursos previstos para o Instituto das Cidades são integrados por Abordagens Transversais (comuns a todos) e Linhas Interdisciplinares que fomentam diálogos temáticos.

Abordagens Transversais

Para tratar de temas que podem nortear a construção da cidadania e a democracia dos profissionais formados pelo Instituto das Cidades por meio do debate de questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social, optou-se por priorizar aqueles que apresentam, na atualidade, maior urgência social e que podem favorecer a compreensão da realidade e a participação cidadã. Tratam-se, portanto, de abordagens que permitam aos alunos desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a passividade para intervir na transformação social de forma responsável. Sua complexidade faz com que nenhuma das unidades curriculares da matriz pedagógica, isoladamente, seja suficiente para abordá-los.

Ao invés de se isolar ou de compartimentar o ensino e a aprendizagem, as abordagens transversais devem se dar de forma que o trabalho nas unidades curriculares seja sistemático e contínuo no decorrer de toda a formação do profissional, possibilitando um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. As Abordagens Transversais resumem valores e dimensões a serem almejadas em todas as atividades de ensino-pesquisa-extensão. São elas:

- **ÉTICA, EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL**
- **DIVERSIDADE E PLURALIDADE SÓCIO-CULTURAL**
- **COOPERAÇÃO E TRABALHO EM EQUIPE**
- **ESPÍRITO CRÍTICO E INVESTIGATIVO**
- **CONTEXTUALIZAÇÃO DE TEMAS E SUAS CONJUNTURAS**
- **CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO E PRAZER PELO CONHECIMENTO**
- **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE**

Linhas interdisciplinares

Já o objetivo das Linhas Interdisciplinares é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação.

Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. Todos os docentes devem fazer parte de um colegiado de curso e de um colegiado temático. Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos.

Cada Linha Interdisciplinar contará com um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC), em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas do IC. O coordenador da Linha será membro da Câmara de Graduação e deverá encaminhar as demandas da sua linha àquela instância de deliberação. As sete Linhas Interdisciplinares são:

- 1. Estado e Políticas Públicas.** Exemplos de temas: Teorias e Organização do Estado; Geografia Política; Estado, Poder e Sociedade na América Latina; Democracia, participação e controle social do Estado; Interesse Público; Políticas Públicas (educação e formação de professores, saúde, mobilidade, habitação, saneamento, segurança etc) e sua dimensão territorial; Orçamento e Finanças; Direito constitucional, administrativo e legislação; Poder Republicano, ordenamento jurídico e burocracia; Teorias e ferramentas do Planejamento e da Administração; Compras públicas e Licitações; Convênios, Contratos, Concessões e Parcerias público-privadas; Gestão com Pessoas; Metodologias e indicadores de Avaliação em políticas públicas; Avaliação de Risco em políticas públicas; Pesquisa de opinião pública; Órgãos Controladores e Auditorias; Governança; Ética; Dinâmicas político-eleitorais nas cidades.
- 2. Sociedade civil e direito à cidade.** Exemplos de temas: Teoria e história da urbanização; Cidade e o urbano na contemporaneidade; Os dinamismos e desigualdades das cidades e metrópoles latino-americanas; Classes sociais, acesso à terra e segregação socioespacial; Distribuição social da riqueza urbana; Movimentos sociais, reforma urbana, reforma agrária e conflitos territoriais; Dinâmicas populacionais, migrações e êxodos; Direito constitucional; Direito urbanístico, ambiental e ordenamento jurídico-territorial; Patrimonialismo e aplicação seletiva da lei; Os discursos e as políticas da cidade (planos estratégicos, cidade parque, cidade competitiva, cidade global etc); Estratégias e táticas não hegemônicas de produção, uso e apropriação da cidade; Tecnopolíticas e novo ativismo urbano; Mídia, opinião pública e representações ideológicas da cidade; Cidades inclusivas; Questões de gênero, relações Étnico Raciais e Poderes; Violência urbana e repressão.
- 3. Território, trabalho e desenvolvimento.** Exemplos de temas: Economia política da urbanização; As relações entre Estado, Mercado e Sociedade no Planejamento urbano, metropolitano e regional; Mercado de trabalho nas cidades; Mercado Financeiro, Mercado Imobiliário e o circuito de valorização de capital no espaço urbano; Estudos metropolitanos e metropolização; Estratégias territoriais das empresas; Divisão do trabalho, especializações produtivas e dinâmica regional; Políticas de implantação e modernização de grandes infraestruturas e suas formas de planejamento, gestão e regulação; O setor da construção, capitais e trabalhadores; Operários da construção e suas representações de classe; Desenvolvimento local e regional; Geografia econômica; Economia solidária, economia popular, trabalho, renda e território; Modalidades e formas de propriedade do solo; Dinâmicas contemporâneas do espaço rural.
- 4. Gestão Ambiental e de Riscos.** Exemplos de temas: As interfaces entre a cidade e os recursos naturais: sistema de drenagem e recursos hídricos, os solos e a geotécnica, micro

e meso climas; Direito ambiental; Tecnologias e infraestruturas de baixo impacto socioambiental; Paisagem e Paisagismo; Gestão de Resíduos Sólidos (Redução, Reciclagem e Reuso); Regeneração de áreas degradadas; Eficiência energética; Controle sanitário; Ciclo de Vida de produtos e logística reversa; Certificações ambientais; Estudos de impacto ambiental; Análise e gestão de áreas de risco (ambiental e geotécnico).

- 5. Construção, Canteiro e Produto.** Exemplos de temas: Teorias e histórias da arquitetura, da engenharia e do trabalho de construir; Teoria e história do design, artesanato e indústria; Teorias e história das técnicas e tecnologias; Projeto (produto e processo) de objetos, edificações, fundações, estruturas e infraestruturas; Gestão de Projetos; Metodologias de Projeto; Materiais e matérias-primas; Sistemas e Instalações prediais e condominiais; Tecnologias construtivas e industriais; Reutilização e readequação do ambiente construído; Conforto Ambiental (Térmico, Acústico, Lumínico); Ergonomia; Saber fazer, ofícios e canteiro de obras; Processos produtivos; Sociologia e Psicologia do Trabalho; Atividades de ensino-aprendizagem nos espaços de produção; Saúde e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e Eficiência (do objeto, edifício, infraestruturas); Impacto ambiental em canteiros de obra e indústrias; Custos de operação e manutenção.
- 6. Educação, Saúde e Cultura.** Exemplos de temas: Pedagogia, Educação e/na Cidade; Teoria e História da Educação; Políticas educacionais e formação de professores/educadores; Currículo e inovações educativas; Metodologia e Didática de Ensino; Educação inclusiva; Estudos Culturais; Patrimônio histórico urbano material e imaterial; Antropologia Urbana; A relação entre cultura e território; Questão de gênero e cidades; Raça, etnia e cidades; Escravidão e urbanização, e seus legados nas cidades brasileiras; Políticas culturais, valorização imobiliária e gentrificação; Religiões e religiosidades na vida urbana; Geografia da diferença; Estética e História da Arte; Cinema, Arte e Cidade; Literatura, Poesia, Música e Cidade; Teatro e Cidade; Turismo cultural; Educação Ambiental; Saúde pública, coletiva e preventiva; Cidades saudáveis.
- 7. Linguagens e Representações.** Exemplos de temas: Interpretação de texto e redação; Teorias da Comunicação; Comunicação social e suas linguagens; Línguas (português, espanhol, inglês); Teoria da Forma e da Percepção; Semiótica; Comunicação Visual e Artes Gráficas; Representação gráfica bidimensional e tridimensional, analógica e digital, do objeto, do edifício, território e paisagem; Desenho Livre e Técnico; Geometria e decupagem de objetos; Cartografia Temática; Geoprocessamento, Topografia e Geodésia; Georreferenciamento; Instrumentos de desenho, programação e mapeamento digital (CAD, BIM, GIS, GPS etc.); Diagramas; Infográficos; Redes digitais.

5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Brasil possui atualmente 205 milhões de habitantes distribuídos pelos 5.570 municípios nas 27 unidades da federação (IBGE, 2015). A gestão destes entes federativos e a provisão de serviços públicos de qualidade demandam recursos humanos preparados para atuar com a complexidade da máquina pública. Adicionalmente, diversas organizações da sociedade civil e organizações multilaterais atuam na provisão de serviços públicos ou fazendo advocacy, ou seja, atuando direta e indiretamente junto ao poder público.

De acordo com o Perfil dos Servidores Públicos Federais (ENAP, 2015) em 2014 havia 1.195.822 servidores ativos da União sendo que 58% estava no executivo civil (administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), 31% no executivo militar, 9% no judiciário e 2% no legislativo. Trata-se de um contingente de servidores que cresceu significativamente nos últimos anos, 35% de aumento em relação ao ano de 2002. Considerando os servidores civis ativos do Poder Executivo, 46% são mulheres, 42,7% tem mais de 51 anos e 44,6% tem nível superior completo (versus 42,3% em 2002). Em relação à região de atuação, 37% estão concentrados na região sudeste, 21% na região nordeste, 18% na região centro oeste, 13% na região sul e 11% na região norte.

De acordo com o Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros (IBGE, 2015), em 2014 havia 3,2 milhões de servidores estaduais (1,5% da população brasileira no mesmo ano). No caso dos estados e dos municípios, de acordo com o mesmo estudo, em 2014 havia 6,5 milhões de servidores municipais (3,2% da população brasileira), 66% a mais do que em 2001. A pesquisa ressalta que este aumento ocorreu devido ao crescimento de servidores nas secretarias municipais que são as responsáveis pela formulação e execução de políticas, pela gestão pública, assim como pela prestação de atendimento à população. Em relação à escolaridade, observaram-se melhorias, pois em 2005, cerca de 23,8% do total de servidores municipais tinha qualificação de nível superior ou de pós-graduação e em 2014 chegou a 36,6% (IBGE, 2015). O total de servidores públicos congrega diversos tipos de profissão tendo muitas delas responsabilidades e atribuições que concernem à atuação de um administrador público.

Outro campo de atuação dos administradores públicos são as organizações da sociedade civil. De acordo com o estudo, “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010 (FASFIL)” (IBGE e IPEA, 2012), em 2010, havia 290.692 organizações cadastradas como fundações privadas ou associações sem fins lucrativos: um crescimento de 8,8% em relação à base a 2006, atuando em diversas áreas como 1) Habitação - 292; 2) Saúde – 6.029; 3) Cultura e Recreação – 36.921; 4) Educação e Pesquisa – 17.664; 5) Assistência Social 30.414; 6) Religião 82.853; 7) Associações Patronais e Profissionais 44.939; 8) Meio ambiente e proteção animal 2.242; 9) Desenvolvimento e Defesa de Direitos 42.463; 10) Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente 26.875.

Estas organizações concentram-se no Sudeste (44.2%), principalmente, nos Estados de São Paulo (20.5%) e Minas Gerais (12.6%), seguido do Nordeste com 22.9%, do Sul com 21.5%, Centro-oeste com 6.5% e o Norte com 4.9% das organizações. Interessante observar que 40.8% do total das FASFIL foram criadas a partir de 2001 e, em 2010, essas organizações empregavam cerca de 2.1 milhões de pessoas assalariadas, com forte concentração na região sudeste, 58.1%.

O Instituto das Cidades, resultado de uma ação do governo federal e da mobilização de movimentos sociais da zona leste, congrega o curso de Administração Pública e outros cursos de extrema importância para a construção e administração direta e indireta das cidades e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento, sendo necessária a formação de profissionais éticos, comprometidos e capazes de lidar com a complexidade da gestão urbana.

As cidades, sejam elas pequenas ou megalópoles, trazem uma série de complexidades e desafios a serem trabalhados de forma sistêmica e coordenada entre diferentes atores e instituições. Podemos

citar a precariedades das infraestruturas urbanas, a segregação socioespacial, a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos de serviços públicos; as dificuldades de mobilidade urbana; a falta de saneamento básico; a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, entre outras. Através do Instituto das Cidades e de seus cursos a UNIFESP se insere neste debate global e na formação de indivíduos para atuar e transformar esta realidade complexa, mas que possui também inúmeras potencialidades.

O campus em si é o resultado desta complexidade dado que é consequência de ampla mobilização de movimentos sociais da zona leste que historicamente lutam pela instalação de universidades públicas, que atendam a uma população que hoje supera o número de 4 milhões de habitantes, e por melhores condições de infraestrutura urbana de transportes, saneamento, habitação, educação e saúde, melhoria nos indicadores de violência, entre outros. A participação da sociedade civil em audiências públicas e a posterior criação de uma Comissão Mista do Conselho Universitária, paritária com membros da universidade e da sociedade civil, que debateu os cursos, as atividades de extensão, os projetos de edificação, cronograma, entre outros, de forma participativa, já é parte do novo campus que congrega entre seus valores uma ampla inserção da população local.

Neste contexto, tornam-se necessárias políticas e tecnologias urbanas que permitam construir e melhorar as cidades, tornando-as mais justas e sustentáveis e, cabe ao Estado e à sua administração, fazer uma gestão eficiente, eficaz e efetiva que proporcione melhores condições de vida aos seus cidadãos e atue em sua função redistributiva e de promoção de uma sociedade justa e democrática.

O primeiro curso de administração pública foi criado em 1952 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A criação da FGV em 1944 foi fruto de uma busca por racionalização e profissionalização da administração pública, associadas à criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O curso da EBAP surgiu decorrente de uma parceria entre a FGV e as Organizações das Nações Unidas e tinha como objetivo preparar administradores públicos para atuarem na área pública nos três níveis de governo.

De acordo com Coelho (2006) ao analisar o histórico de criação dos cursos de Administração Pública no Brasil é possível identificar três ciclos. O primeiro ciclo corresponde o período desde a criação do primeiro curso em 1952 até 1965, que corresponde a irradiação dos cursos de Administração Pública pelo Brasil à luz do curso da EBAP. Neste período foram criados cursos na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de Pernambuco, na Escola de Administração do Estado do Ceará, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, entre outros, totalizando cerca de 30 instituições.

O segundo ciclo pode ser definido como o auge e a retração dos cursos de Administração Pública e observa-se que na década de 1970 os cursos de administração pública passam a ser absorvidos pelos cursos de administração de empresas. O terceiro ciclo, segundo o autor, engloba o período de 1983 a 1994, marcado pela extinção do curso da EBAP, que emblemou a crise do ensino de administração pública no país, até a implantação do curso da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) em 1988 e da Fundação João Pinheiro em 1993, representando um possível “realento” dos

curso da área. Trata-se de uma retomada dos cursos de administração pública dentro de um contexto de reforma do Estado.

Após este período observa-se a criação de diversos cursos que passam a integrar o “Campo de Públicas” como, por exemplo, gestão de políticas públicas, políticas públicas e gestão social, esta etapa é decorrente do fortalecimento e expansão do Campo e também de políticas do governo federal. Surgem cursos na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 2004, na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) em 2005, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2009, na Universidade Federal do ABC (UFABC) em 2010, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010, na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), na Universidade Federal de Goiás (UFG), entre outros.

"Assim, Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, ***essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.***" (PIRES, FONSECA, VENDRAMINI, COELHO, 2014, p. 112)

O curso de Administração Pública do Instituto das Cidades da UNIFESP dará especial ênfase à gestão de cidades de forma sistêmica e integrada, entre diferentes atores e instituições, a fim de lidar com os problemas das cidades de forma participativa, envolvendo a sociedade civil no processo. O curso desenvolverá metodologias ativas em seu processo de ensino aprendizagem, a fim de garantir um aprendizado embasado por conhecimento teórico e prático, que resulte em competências e habilidades de resolução de problemas de forma construtiva e orientada para o ethos público e capacidade de inovação na administração pública.

6. PERFIL DO EGRESSO

a. Do Instituto das Cidades

O Instituto formará profissionais voltados à garantia da cidade como nexos fundamentais dos direitos da cidadania, da defesa do interesse público e do bem comum, do atendimento às maiorias e do desenvolvimento de um país mais equitativo e democrático – resultado do conhecimento integrado das soluções de Geografia, Arquitetura, Urbanismo, Engenharia, Design, Administração Pública e Turismo. O profissional formado no Instituto das Cidades terá formação que alia teoria e prática, com valorização do

trabalho criativo e em equipe, desenvolvimento de um pensamento sistêmico, possibilitando que ele aprenda a delinear bem os problemas e seus fundamentos, colocando-os de forma clara, organizada e racional, facilitando a busca e desenvolvimento de soluções sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social, ambiental e econômico. Será capaz de pensar e transformar as cidades, sendo ao mesmo tempo ousado em suas ideias, atualizado a respeito do debate nacional e internacional e com habilidade para procurar as forças políticas e sociais capazes de promover as transformações necessárias para cidades melhores e mais justas.

b. Do Curso de Administração Pública

O administrador público formado pelo Instituto das Cidades deve ser comprometido com um projeto político de cidade alicerçado na promoção da cidadania ativa, deve ter uma visão ampla do Estado e de políticas de bem-estar social, ser capaz de administrar democraticamente, exercer liderança, propor negociação, lidar com conflitos e situações de crise, contando com a participação, contribuição e considerando os interesses e necessidades dos diferentes setores sociais. Deve agregar as competências técnicas da Administração com a habilidade política para atender às demandas de desenvolvimento de cidades melhores e mais justas, sendo capaz de definir prioridades e metas, gerir recursos escassos, atuar preventivamente, elaborar, implementar e consolidar projetos, programas e políticas públicas, ser criativo e ousado no desenvolvimento de tecnologias administrativas orientadas pelo ethos público e para o bem público, tendo em vista a utilização eficiente de recursos escassos. Atuará com raciocínio lógico, crítico e analítico para promover a melhoria da vida na e das cidades, expressando-se de modo inovador e objetivo nos diferentes contextos organizacionais, sociais e regulatórios.

Habilidades e Competências:

Definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Administração Pública (2014) o curso de Administração Pública deverá:

- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Apresentar soluções para processos complexos;
- Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às

mudanças.

Ênfases dadas pelo Curso da Unifesp:

- Conhecimento crítico-propositivo em relação aos problemas da sociedade e das cidades brasileiras;
- Entendimento do administrador público como profissional que interage com diversos profissionais e com os cidadãos em uma cidade e que lida com conflitos.
- Preparação para o trabalho em equipe, colaborativo, reflexivo e criativo na resolução de problemas complexos e interdisciplinares da urbanização e das políticas públicas;
- Iniciação em pesquisa de alto nível sobre os problemas e potencialidades urbanas;
- Conhecimento de instrumentos e ferramentas de gestão e de interlocução com a sociedade, instituições e movimentos, na construção de projetos e planos com participação popular e diálogo com os cidadãos.

d. Campo de atuação profissional

O administrador público atua profissionalmente em organizações governamentais nas três esferas (União, Estados e municípios), nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em organizações da sociedade civil com atuação pública (ONGs, Fundações, Institutos, Associações, OSCIPs) e organizações privadas que atuam com organizações públicas.

Campos de atuação priorizados pelo Curso da Unifesp:

O curso de Administração Pública apresentará aos estudantes diferentes espaços de atuação profissional ao longo do processo formativo e estimulará que profissionais destes espaços de atuação dialoguem e se interessem pelos estudantes e egressos do Instituto das Cidades para programas de estágio, parcerias ou para integrarem o quadro profissional permanente. São eles:

- a. Prefeituras: em diversas secretarias, órgãos e subprefeituras, como responsáveis por questões voltadas à gestão pública e de políticas públicas;
- b. Órgãos públicos estaduais e federais;
- c. Centros de pesquisa e formulação de políticas públicas ligados à universidades ou entidades civis sem fins lucrativos, que colaboram na reflexão crítica, concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- d. Assessorias técnicas à população, comunidades e movimentos sociais, atuando como profissional autônomo, em ONGs e cooperativas, ou ainda associado a políticas públicas para realizar projetos participativos e obras com autogestão dentro de programas públicos que favoreçam a economia solidária e suas tecnologias sociais;

- e. Organizações privadas voltados a projetos e obras públicas, integrando equipes interdisciplinares contratadas para a realização de planos, projetos e obras públicas de todos os portes e complexidades;
- f. Organizações privadas organizadas como empreendimentos de economia solidária, isto é, como cooperativas (uniprofissionais ou mistas);
- g. Centros de pesquisa no setor público ou privado;
- h. Instituições de ensino de administração pública, realizando pós-graduação e ingressando como professores em cursos públicos e privados, colaborando para irradiar e multiplicar os princípios e objetivos que norteiam o curso da Unifesp e colaborando para uma mudança global na formação em nosso campo.

7. PERFIL DOCENTE

a. Do Instituto das Cidades

- Os docentes do Instituto estarão a ele vinculados, mas deverão estar igualmente associados a pelo menos um dos colegiados de curso. A carga didática de trabalho na graduação será atribuída pela Câmara de Graduação. Os docentes devem participar da elaboração, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, zelando por seu desenvolvimento integral. Em acordo com os objetivos do IC, espera-se que os docentes:
- Sejam graduados e pós-graduados não apenas nos oito cursos que serão oferecidos pelo Instituto das Cidades, mas também sejam atraídos e concursados docentes com formações complementares fundamentais ao projeto político pedagógico do IC, tais como: historiadores, cientistas sociais, filósofos, economistas, advogados, jornalistas, pedagogos, artistas, demógrafos, assistentes sociais, sanitaristas, psicólogos, geólogos, biólogos, físicos, químicos, matemáticos, engenheiros de outras formações (elétrica, mecânica, energia, materiais, produção, computação, etc.), além de técnicos nas diversas áreas relacionadas aos laboratórios e oficinas do IC.
- Desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores, capazes de refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre contextos complexos;
- Trabalhem na perspectiva da interação entre humanidades, ciências exatas, ciências da natureza, artes e novas tecnologias, por meio da convergência de conhecimentos das diferentes áreas e de forma contextualizada;
- Desenvolvam projetos de interação do IC com outras unidades universitárias da Unifesp, promovendo diversos tipos de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizem métodos de ensino atualizados e inovadores, estimulando simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais em atividades de laboratório, ateliê, oficina, residência e extensão;
- Participem de acordos de cooperação com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais e de políticas educacionais, além de organizações não governamentais, redes e movimentos populares da região;
- Estabeleçam relações com o entorno do Campus Zona Leste por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região;
- Participem de redes nacionais e internacionais de pesquisa e colaboração na área do IC;
- Contribuam com o desenvolvimento do IC e da Unifesp, exercendo atividades de gestão e representação em órgãos colegiados, tais como direção, coordenação, comissões, câmaras e conselhos.

b. Do Curso de Administração Pública

Complementarmente ao perfil indicado para todo o Instituto das Cidades, solicita-se aos docentes de administração pública que:

- Tenham visão generalista sobre os problemas das cidades e valorizem e promovam a vocação pública do administrador público;
- Desenvolvam as atividades de ensino permanentemente articulando teoria e prática, meios e fins, problemas e soluções, escritórios-laboratórios-oficinas, fomentando a formação crítica-criativa e de reflexão na ação;
- Reconheçam os limites e potencialidades dos seus estudantes, estimulando a construção progressiva da autonomia e o protagonismo na definição do processo formativo, assim como o encantamento em relação ao saber;
- Tenham flexibilidade para atuação, como docente e pesquisador, não apenas em disciplinas ou campos específicos e delimitados do conhecimento, mas em sinergia com os objetivos e demandas do curso e do Instituto das Cidades;
- Sejam proativos na divulgação, aperfeiçoamento, captação de recursos e fortalecimento dos projetos e espaços pedagógicos do curso de Administração Pública da Unifesp em diálogo com todas as instâncias de participação internas e externas à universidade, com outras universidades, nos órgãos de pesquisa e agências de fomento e cooperação, nacionais e internacionais;
- Dedicem-se ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- Apresentem projeto de ensino, pesquisa e extensão logo após seu ingresso, para a área que foram concursados. O projeto será acompanhado e avaliado durante o período probatório pelo Núcleo Docentes Estruturante (NDE) do curso.

c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes

- Serão estimuladas atividades em cooperação com colaboradores externos convidados: professores, pesquisadores, profissionais visitantes, residentes e pós-doutorandos;
- Trarão aportes relevantes em questões, métodos, soluções que estão sendo adotadas (ou questionadas) no campo profissional não acadêmico, órgãos públicos, ONGs, assessorias técnicas ou noutras universidades, brasileiras e estrangeiras;
- Poderão realizar atividades pontuais (palestras, workshops, debates, bancas etc.) a convite de professor permanente do curso;
- Participarão, sempre que possível, de atividades curriculares regulares do curso;
- Ou ainda, realizarão atividades de maior duração (cursos, mini-cursos, pesquisa, residência, pós-doutorado etc.), mediante termos de cooperação técnicos específicos.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

a. Narrativa e síntese progressiva

O curso contém em si uma linha mestra e várias narrativas complementares, reconhecidas e trilhadas pelos estudantes. A construção de um enredo do aprendizado, a partir de uma narrativa que parte da experiência vivida (mais imediata), faz genealogia e contextualização dos problemas (tempo, lugar e teoria) e estudos de futuro/resolução por meio de ação projetual imaginativa (como práxis). O objetivo é evitar o currículo fragmentado, labiríntico, em que o estudante cumpre tarefas (quando muito), e não constrói autoconsciência e autonomia em **seu processo formativo**.

A narrativa de cada estudante sobre o processo de aprendizado é condensada progressivamente em um documento denominado no Instituto das Cidades de “Memorial” (ver item 9). Este memorial é analisado por tutores e em discussões coletivas ao longo de todo o curso e apresentado, em sua forma final, sintética, junto com o Trabalho de Conclusão de Curso (item 10).

A narrativa é multidimensional, do curso, do estudante e também dos próprios **Núcleos Temáticos** (ver item 8.b.). Cada tema relevante de ensino-aprendizagem tem um movimento, que constitui uma narrativa. Parte do real (situação), seu reconhecimento (problematização) em direção ao projeto (resolução ou aprofundamento do conflito). A reflexão-ação processual é uma metanarrativa, consciente do seu trajeto, meios e fins.

O percurso formativo, do primeiro ao último semestre, propõe igualmente uma **Autonomia e Síntese Progressivas**. Pressupõe que a consolidação dos conhecimentos abordados nos processos de ensino-aprendizagem vivenciados ao longo do curso se dê através de sínteses progressivas realizadas pelo estudante em seu percurso formativo, e integração/interlocução continuada com os demais cursos.

A Síntese progressiva e a construção da autonomia e discernimento ocorre ao longo de uma Unidade Curricular e Bloco Temático, por meio de:

- Cadernos de Vivências de Campo (ver, ouvir e registrar)
- Trânsito por escalas (local, regional e global)
- Trânsito por temporalidades (regressão-progressão no tempo histórico)
- Diálogos entre saberes (intercursos e com saberes “não acadêmicos”)
- Trabalhos e atividades individuais e coletivas (identidade e cooperação)
- Exercícios de resposta rápida em aula (método e intuição fundamentada)
- Estudos e projetos lentos, de acúmulo em reflexão-ação sistemática (profundidade)

Ao longo do curso, o movimento de síntese ocorre com os seguintes vetores:

- Vetor de complexidade dos temas/problemas
- Vetor de técnicas de representação (saber narrar/comunicar/conquistar)
- Vetor de autonomia e escolhas dos estudantes

b. Núcleos Temáticos

Os núcleos temáticos permitem a articulação entre blocos de unidades curriculares e as múltiplas formas de apreensão de conhecimento no curso em torno de temas-geradores temporais (semestrais ou bimestrais) e problemas de pesquisa e projeto, visando dar melhor organicidade e integração dos conteúdos correlatos e expressando as vertentes principais do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e do Curso de Administração Pública.

A escolha do tema, de forte potencial pedagógico e relevância é estratégica para a definição do perfil do curso. Uma escolha nega outra, afirma uma tomada de posição político-pedagógica. Os Núcleos Temáticos têm ementa própria, que organiza as UCs envolvidas e organiza as atividades do semestre (ou bimestre), resultando em processos pedagógicos integrados entre teoria e prática e avaliação conjunta dos processos de ensino-aprendizado.

O Núcleo Temático permite minimizar a fragmentação curricular favorece a interdisciplinariedade, a articulação contínua entre teoria e prática, a convergência interna ao curso e o diálogo com outros cursos:

- Temas podem ser compartilhados por dois ou mais cursos, em semestres diferentes, integrando formações distintas e estudantes em momentos diferentes de seus cursos, favorecendo trocas entre eles;
- Professores que estão integrados ao tema podem receber os estudantes em laboratórios, ateliês e oficinas com mais flexibilidade (exemplo: o início se dá com mais ensaios em laboratórios, passa por atividades de projeto em ateliê e termina com modelos e protótipos em oficina e canteiro);
- Professores integrados ao tema, com formações diferentes e origem de cursos distintos, favorecem um aprendizado integrado em que o estudante aprende visões diferentes de problematizar e projetar.

A progressão dos Núcleos Temáticos constituindo uma narrativa de processo formativo é apresentada no tópico Matriz Curricular (item 8.f).

c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)

Serão três os espaços principais de ensino, todos eles abertos a momentos de trabalho de campo e reconhecimento da realidade complexa exterior ao ambiente universitário. Serão eles: os **escritórios**, focados em contextos e problemas reais a serem enfrentados projetualmente e por políticas públicas; os **laboratórios** de ensino de fundamentos, ciência aplicada e teoria; e as **oficinas** de experimentação prática com resultados em construção, modelos, protótipos, produtos gráficos e reciclagem, bem como um centro de monitoramento ambiental. Além desse núcleo estruturante de Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), o Instituto contará ainda com salas de aula e auditórios para palestras, seminários, debates, disciplinas eletivas, além de espaços destinados a exposições e discussão dos trabalhos realizados semestralmente e anualmente.

Escritórios pedagógicos

Os **Escritórios Temáticos de Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas**, comuns a todos os cursos, permitirão o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão convergentes, atuando sobre um mesmo recorte territorial/temático para o enfrentamento de problemas complexos de aprendizado, que compõem desafios projetuais e de políticas públicas, reais e contextualizados. Neste sentido, o momento de escritório e aulas conexas reconhece o conceito diferenciador da formação de carreiras projetuais e de gestores públicos (orientadas à resolução de problemas e reconhecimento de potencialidades). Desse modo, não haverá separação de espaços pedagógicos distintos da Arquitetura, da Engenharia, do Design, etc., mas espaços comuns a todos com recortes temáticos, que acumularão saberes e práticas de ensino e poderão ser mobilizados por todos os cursos em todos os momentos, conforme o projeto pedagógico integrado. Os escritórios manterão acervos próprios, com pequenas reservas técnicas e áreas de exposições – tornando-se espaços de produção e reflexão cumulativas sobre o seu tema gerador. Cada escritório possui núcleos de pesquisa e extensão associados ao seu tema. Tais núcleos comportam postos para estudantes realizando iniciação científica ou extensão e futuramente, pós-graduação), estimulando, pela organização espacial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo os temas geradores de conhecimento no Instituto.

Serão 14 escritórios baseados nos mesmos temas transversais amplos definidos com LINHAS INTERDISCIPLINARES do Instituto das Cidades. Cada uma das 7 linhas terá dois escritórios pedagógicos à disposição para as atividades acadêmicas planejadas.

Os 7 temas amplos dos escritórios são:

1. **Políticas Públicas**
2. **Sociedade civil e direito à cidade**
3. **Território, trabalho e desenvolvimento**
4. **Gestão Ambiental e de Riscos**
5. **Construção, Canteiro e Produto**
6. **Educação, Saúde e Cultura**
7. **Linguagens e Representações**

Laboratórios

Associados aos escritórios, estarão os **Laboratórios de Ensino**. Cada laboratório trabalhará com fundamentos das ciências, das teorias e linguagens que apoiam a resolução de problemas em projetos e oficinas práticas. Os Laboratórios permitirão exercícios aplicados e visuais, para a compreensão dos fenômenos, evitando o aprendizado abstrato e descontextualizado. Hoje há, mundialmente, uma forte renovação no ensino de ciências e teoria aplicada para carreiras orientadas para projeto e resolução de problemas, como as do Instituto das Cidades. A forma convencional de ensino de ciência e teoria, por exemplo, num contexto de “ciclo básico” que se antecipa à compreensão e resolução de problemas, tem sido amplamente questionada. Ela resulta comumente na dissociação entre teoria e prática, e da utilidade e aplicabilidade dos conceitos. Além disso, em geral são aulas ministradas por especialistas de áreas duras, pouco familiarizados com a prática projetual e sem recurso à percepção experimental e sensível dos fenômenos – resultando em desestímulo, repetência e evasão. Por isso, os laboratórios de ensino têm como missão estimular o prazer e a dimensão lúdica no aprendizado das ciências, das teorias e linguagens, com abordagens mais interativas, com dispositivos e ferramentas do tipo “mão na massa”. Ao mesmo tempo, contextualizando o saber aplicado, entendendo-o como não neutro, discutindo a relação entre meios e fins, agentes e interesses e, por fim, como pode ser socialmente transformador.

Desse modo, reativar os sentidos (como sensorialidade, mas também como intencionalidade) e favorecer o envolvimento dos estudantes na abordagem e compreensão dos fenômenos, conceitos e problemas com simulações em escala real ou reduzida é um desafio pedagógico para esses laboratórios. Estão organizados em 7 blocos de laboratórios temáticos, como apresentado a seguir, previstos para atenderem aos 8 cursos do Instituto das Cidades e suas futuras pós-graduações. As atividades pedagógicas dos laboratórios podem ser complementadas com visitas a outros espaços e instalações do Campus (tais como: estações de tratamento, sistemas de captação de água de chuva ou energia solar, área de preservação permanente, nascentes, agricultura urbana, restaurante universitário, poços de monitoramento, estações externas, oficinas e canteiro experimental na antiga fábrica, teatros e anfiteatros, biblioteca e centro de memória etc).

Todos os laboratórios contarão com áreas técnicas específicas, depósitos de materiais, plano de gestão ambiental e de resíduos, bem como com corpo de técnicos e professores com atuação e pesquisa na área. Seus espaços físicos serão adequados aos projetos pedagógicos específicos, e poderão abrigar de 30 a 120 estudantes simultaneamente, de acordo com a demanda do IC por aquela formação. Tal como os escritórios, participam dos espaços dos laboratórios núcleos de pesquisa e extensão, fortalecendo a indissociabilidade e fixando estudantes bolsistas relacionados ao tema. Estes núcleos são embriões de grupos e centros de pesquisa maiores, que serão desenvolvidos em novos edifícios no Campus.

Laboratórios simples de informática estarão distribuídos noutros espaços do edifício central, em praças digitais de livre uso pelos estudantes ou como salas de aula informatizadas no bloco de salas de aula.

Os Blocos de laboratórios são:

1. BLOCO DE LABS DE CONTROLE, ENERGIA E SAÚDE NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

- 1.1. Laboratório de LUMINOTÉCNICA. Luminotécnica, Lumínica, medição de luminosidade, absorção, reflexão e refração de ondas luminosas, uso eficiente da energia e controle da Luz Natural;
- 1.2. Laboratório de ACÚSTICA e VIBRAÇÃO. Acústica, medição de níveis e espectro de som, vibração estrutural, materiais isolantes, análise de emissão e reflexão de ondas sonoras em modelos;
- 1.3. Laboratório de CONFORTO TÉRMICO. Análise de trocas térmicas, climatização e exaustão de ar, sistemas ativos e passivos de ventilação e resfriamento, uso eficiente da energia, túnel de vento;
- 1.4. Laboratório de CORPO e SAÚDE. Ergonomia, Antropometria, Comportamento dos Usuários, Psicologia ambiental e cidade; Saúde Pública, Doenças Urbanas, etc;
- 1.5. Laboratório de ENERGIA e AUTOMAÇÃO em EDIFICAÇÕES. Fontes e uso racional de energias em edificações, Elétrica e Eletrônica prediais, Medidas de proteção, Automação predial e Redes inteligentes.

2. BLOCO DE LABS DE BIODIVERSIDADE, SANEAMENTO AMBIENTAL E CLIMATOLOGIA URBANA

- 2.1. Laboratório de GEOTECNIA e ANÁLISE DE SOLOS. Geologia, Geomorfologia, Geotecnia, Mecânica dos Solos e Análise de Solos, Simulação de Fundações e Contensões;
- 2.2. Laboratório da HIDROLOGIA e POLUIÇÃO DA ÁGUA. Hidráulica, Hidrologia, Hidrografia e Mecânica dos Flúidos e Análise de Qualidade da Água e efluentes;
- 2.3. Laboratório de CLIMATOLOGIA e POLUIÇÃO DO AR. Climatologia e Análise de Qualidade do Ar e Emissão de Gases;
- 2.4. Laboratório de BIODIVERSIDADE. Microbiologia, ecologia, manejo e conservação, paisagismo urbano, jardins verticais e horizontais, permacultura;
- 2.5. Laboratório de RESÍDUOS SÓLIDOS. Análise de Resíduos, Toxicidade, Decomposição, Triagem, Reciclagem e Reuso, Compostagem.

3. BLOCO DE LABS DE MATERIAIS, SISTEMAS ESTRUTURAIS, MODELOS E PROTÓTIPOS

- 3.1 Laboratórios de MATERIAIS. Análise Química e Física dos Materiais, Ciclo de Vida, Testes e Normas;
- 3.2. Laboratório de ESTRUTURAS. Testes de Tração, Compressão, Torção, Flexão, Cisalhamento, comportamento de sistemas estruturais e exercícios práticos em modelos;
- 3.3. Laboratório de RESTAURO e RECUPERAÇÃO de EDIFICAÇÕES. Técnicas retrospectivas, restauro, recuperação, reconversões, tratamento de patologias em edificações;
- 3.4. Laboratório de FABRICAÇÃO DIGITAL (*Fab Lab*). Produção de maquetes, modelos e protótipos, com pequena marcenaria, máquina CNC, corte a laser, impressora 3D [futuramente será ampliado com Grande Oficina na antiga fábrica].

4. BLOCO DE LABS DE MOVIMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA

- 4.1. Laboratório do MOVIMENTO. Força, Aceleração, Velocidade, Dinâmica, Cinemática;
- 4.2. Laboratório de TRANSPORTE e LOGÍSTICA. Dimensionamento de sistemas, terminais, fluxos e redes de mobilidade urbana e regional nos diferentes modais;
- 4.3 Laboratório de ENERGIA e AUTOMAÇÃO em TRANSPORTES. Fontes e uso racional de energia em transportes, Automação de sistemas e equipamentos de transportes, interfaces e redes de monitoramento e operação.

5. BLOCO DE LABS DE ECONOMIA, POLÍTICA, MEMÓRIA E SOCIODIVERSIDADE

- 5.1 Laboratório de MEMÓRIA e DOCUMENTAÇÃO. História das Cidades e Urbanismo da antiguidade ao presente, história oral, análise e conservação de documentos, museografia, arquivologia, antropologia urbana, etnografia, pesquisa participante;
- 5.2. Laboratório de POLÍTICA e PARTICIPAÇÃO. Simulações sociais, metodologias de dinâmicas de grupo, grupos focais (sala de espelho), jogos de cooperação, debates, dinâmicas de audiências e assembleias, sistemas de consulta e democracia real, tecnopolíticas e plataformas digitais;
- 5.3. Laboratório de POPULAÇÕES. Sociodiversidade, direitos sociais, dinâmicas populacionais e socioeconômicas no território, mapas populacionais, tecnologias de multidões, violência urbana.
- 5.4. Laboratório de ECONOMIAS URBANAS, ESTATÍSTICA e ORÇAMENTO. Modelagens financeiras de intervenções urbanas, economias e deseconomias urbanas, modelagens de orçamento público, avaliação de impacto econômico, orçamento de obras, economia solidária, estatística.

6. BLOCO DE LABS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

- 6.1. Laboratório de MONITORAMENTO e INFORMAÇÃO. Sistemas de controle e monitoramento em tempo real, salas situacionais, sistemas de informação urbana, drones, dispositivos móveis, análise de topologia de redes;
- 6.2. Laboratório de REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM. Cartografia, Geoprocessamento (GIS, GPS, Mapas temáticos etc), Topografia e Geodésia;
- 6.3. Laboratório de PROJETO e MODELAGEM DIGITAL. Gestão de Projetos, Projeto Digital, CAD, BIM, Softwares colaborativos, Simulações, Cyberspace, Games, Programação de Softwares;
- 6.4. Laboratório de DESENHO e GEOMETRIA: Desenho livre, Desenho técnico, Desenho geométrico;

7. BLOCO LABS DE LINGUAGENS E CULTURAS

- 7.1. Laboratório da IMAGEM e PERCEPÇÃO. Estudos da forma e percepção visual (Gestalt), Cinema, Fotografia, Artes Plásticas e a Cidade;
- 7.2. Laboratório da PALAVRA e COMUNICAÇÃO. Textualidade, Redação, Literatura, Poesia, Dramaturgia, Música e a Cidade, Design de Informação, Redes, Mídia e Opinião Pública;
- 7.3. Laboratório de LÍNGUAS, CULTURAS e CIDADES ESTRANGEIRAS. Ensino de línguas e culturas estrangeiras com estrutura digital e instrumentais específicos, com foco no conhecimento e vocabulário em cidades e políticas públicas;
- 7.4. Laboratório de GASTRONOMIA e NUTRIÇÃO. Cozinha industrial pedagógica, atividades associadas a gastronomia, nutrição, culturas alimentares, segurança alimentar, agricultura urbana e reforma agrária.

Grandes oficinas no interior da antiga fábrica

Laboratórios experimentais maiores, chamados de **Grandes Oficinas**, serão instalados no prédio da antiga fábrica, retomando sua vocação de espaço de produção. Serão oficinas de protótipos e modelos, oficinas por materiais e ofícios, canteiro experimental, gráfica, centro de reciclagem de resíduos, centrais de monitoramento de ar, água e solo, todos compartilhados por dois ou mais cursos e permitindo trabalhos conjuntos em outras dimensões prático-teóricas. As **oficinas de materiais** e ofícios terão ênfase didática no conhecimento de suas características físicas, químicas, históricas, normativas, além de saberes do trabalho, comportamento estrutural, ciclo de vida, etc.. Os estudantes aprenderão a manuseá-los conhecendo todas as suas implicações práticas, sociais, econômicas e ambientais. As peças pré-fabricadas nessas oficinas poderão depois ser montadas e retrabalhadas no Canteiro Experimental e no Setor de Protótipos e Maquetes. As Oficinas também poderão ser utilizadas em projetos de extensão universitária com a comunidade, incubadora de cooperativas e em parceria com sindicatos e escolas técnicas da construção civil.

As oficinas de materiais trabalharão com diferentes ferramentas e máquinas, de ofícios e instrumentos milenares à máquinas de controle numérico e corte a laser. Os materiais são: madeira, metais, concreto/argamassa, polímeros (plásticos), resinas, tintas, têxteis, papelões, gesso, cerâmica, terra crua, bambu e fibras naturais. Nessas oficinas são testadas hipóteses construtivas em diversas escalas e também a possibilidade de desmontagem de objetos para sua análise. As oficinas contarão com técnicos e professores com experiência na área para desenvolvimento das atividades pedagógicas, manuseio de máquinas e materiais, apoiando o trabalho dos alunos num contexto de aprendizado, cooperação e segurança no trabalho.

As oficinas de materiais e ofícios possuirão acervo técnico e área de exposição de cada uma de suas práticas, constituindo, em um percurso linear ao estudante e ao visitante, um pequeno **Acervo de Artes e Ofícios e de Ciência dos Materiais e das Técnicas**, do passado ao presente e futuro. O sentido histórico dos fazeres e saberes associados aos materiais que fazem as cidades são elementos

importantes do projeto pedagógico crítico e contextualizado do Instituto das Cidades e de sua ligação com o mundo do trabalho.

A **Oficina de Modelos e Protótipos** (ampliação do Fab Lab mencionado no item anterior) poderá utilizar-se de peças realizadas nas oficinas de materiais e contará com um sistema de corte, injeção e prototipagem por laser e impressão 3D. Por meio dele é possível transformar a programação digital de projetos realizados por diferentes *softwares* em objetos físicos tridimensionais de pequeno porte (protótipos de objetos ou modelos em escala) com alta qualidade, impressos por meio de camadas sucessivas de materiais aditivos.

Dentre o complexo de oficinas cabe destaque ao **Canteiro Experimental** – lócus da realização prática de projetos dos estudantes, promovendo a transição entre concepção e execução, trabalho intelectual e manual, resignificando ambos em suas transferências de conhecimento. O Canteiro Experimental será o local de montagem de peças e componentes realizados nas oficinas de materiais. Ali serão testadas, em escala real (1:1), interfaces de materiais, tridimensionalidade e resistência de estruturas e vedações, bem como realizadas instalações hidráulicas e elétricas, etc.. O resultado será um objeto construído pronto para uso, a ser testado por estudantes, técnicos e professores e, sempre que possível, destinado à situação concreta que o demandou. O espaço contará com uma ponte rolante para movimentação de peças, que atravessará o setor de oficinas, passará pelo de montagem em canteiro e terminará em uma área de carga e descarga acessível para caminhões. Construções, componentes e objetos pré-fabricados poderão ser embarcados para montagem dentro ou fora do campus, em atividades de extensão e parcerias com órgãos públicos, comunidades e movimentos sociais.

O setor das grandes oficinas contará também com uma **Central Ambiental**. Dela farão parte: um centro de reciclagem de lixo, uma estação de tratamento de efluentes e de compostagem, dispositivos de coleta e reuso de água, dispositivos de captação de energia solar e eólica, uma estação de monitoramento do ar e outra de monitoramento da contaminação do solo. Além dos propósitos didáticos, o objetivo é reduzir a pegada ecológica do campus, uma vez que ele será um modelo de teste de alternativas para reconversão de áreas industriais, projeto e operação de ambientes educacionais e cidades, sendo permanentemente monitorado. O centro de reciclagem de lixo receberá os resíduos sólidos produzidos no campus, procurando formas de desmontagem, reciclagem, reuso ou destinação controlada do lixo. Ele testará novas possibilidades no tratamento de resíduos e envolverá trabalho dos estudantes de todos os cursos e da incubadora de cooperativas.

Por fim, a antiga fábrica ainda abrigará uma pequena **Oficina Gráfica**, para exercício dos alunos de Design e demais estudantes que se interessem por comunicação visual, produção editorial e experimentação gráfica. Além das máquinas de impressão, a oficina gráfica contará com espaço para produção de silkscreen e estêncil. A gráfica deverá produzir as publicações experimentais do campus e, anualmente, uma edição, coordenada por estudantes de Design, com o resultado da Exposição e Fórum anuais de apresentação e debate dos trabalhos e projetos, conforme já mencionado.

Todas as oficinas, canteiro experimental, centrais ambientais e gráfica terão núcleos de pesquisa e extensão associados, tal como ocorre com os escritórios e laboratórios.

f. Matriz Curricular

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública (Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014) orientam que o curso deve contemplar conteúdos que revelem, em uma

perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural. Assim, são considerados conteúdos de formação básica e de formação profissional:

§ 1o São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2o Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

§ 3o Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

A matriz curricular apresentada a seguir procura concretizar os princípios curriculares organizativos apresentados anteriormente: Narrativa e Síntese progressiva; Núcleos Temáticos; Sistema Escritório-Laboratório-Oficina (ELO). Deverá ser continuamente revista e aprimorada nos momentos e processos de avaliação do revisão curricular, apresentados no item 15.b.

As Unidades Curriculares, sempre que possível, atuarão de forma integrada, evitando a fragmentação entre teoria e prática, projeto e produção, problematização e solução – como já enfatizado ao longo do Projeto Político Pedagógico do Curso. O percurso semestral, como se verá, propõe uma narrativa progressiva, que terá sua complexidade ampliada ao longo do tempo, promovendo de forma contínua a autonomia do estudante. Os momentos de encontro com os demais cursos, mesmo iniciados no primeiro semestre, irão se ampliar ao longo do processo formativo. De modo que o estudante de administração pública, ao atuar cooperativamente com estudantes de outras formações, já terá tido contato e mobilizado conhecimentos profissionais do seu campo e estará preparado para contribuir na problematização e resolução de problemas, dando a contribuição do olhar e prática do administrador público.

Ao final de cada ano está prevista a montagem de exposição e realização de debates. A carga horária total das unidades curriculares, indicada nas planilhas a seguir, poderá ser variável ao longo do semestre, em acordo com o planejamento integrados das UCs de cada núcleo temático. Essa flexibilidade é favorável na integração entre as próprias UCs e seus professores, na integração entre teoria e prática.

É também garantido em todo semestre um espaço para UCs eletivas do Instituto das Cidades ou de outras unidades da Unifesp. De modo que o estudante construa igualmente nesse espaço seu percurso, aprofunde e amplie áreas de conhecimento e interlocução.

[Ainda não está formulada a lista de UCs eletivas do conjunto das graduações do IC.]

[Proposta preliminar da matriz apresentada a seguir]

Obs.: A matriz está sendo discutida também nas reuniões dos coordenadores dos Projetos Pedagógicos dos 5 cursos aprovados para primeira etapa do Instituto das Cidades, procurando avaliar convergências e divergências entre eles, o que é comum e específico e, a seguir, pretende-se simular as situações de ensino-aprendizado integradas.

De modo que as planilhas de matriz apresentadas a seguir são um rascunho, em construção e movimento, por isso mesmo, ainda incompleto. A matriz só poderá de fato ser finalizada não apenas com os requisitos específicos do curso de administração pública, mas também dos demais cursos do Instituto das Cidades que resultarão numa construção de amoldamento recíproco entre todas as 5 matrizes, que só se fecham simultaneamente, como num sistema de encaixes.

Sigla dos cursos para indicação de atividades integradas

- AP Administração Pública
- AU Arquitetura e Urbanismo
- EAS Engenharia Ambiental e Sanitária
- EC Engenharia Civil
- GB Geografia - Bacharelado
- GL Geografia - Licenciatura

Matriz Curricular para o Curso Diurno (Matutino – 8 semestres) (até 4 horas-dia)

[Ainda não iniciada a matriz para o Curso Noturno – que será de 10 semestres]

| 1o Semestre. CIDADES VIVIDAS E CIDADES IMAGINADAS. CONHECENDO E VIVENDO AS CIDADES. | | | | |
|---|---------------|------------------|-----------------------------------|---------------|
| Objetivos: o objetivo neste semestre é que o aluno seja apresentado a ideias e conceitos de cidades e que reflita sobre o viver nas cidades considerando seus paradigmas, problemas e aspectos positivos. O semestre é relativamente livre e aberto, mas com foco em conhecimentos de fundamentação, permitindo aos alunos que iniciem a construção de sua narrativa e síntese progressiva que é fundamental para a construção de um enredo do aprendizado ao longo dos próximos anos. Trata-se de um semestre de acolhimento, diálogo e encantamento pelo curso e pelo Instituto das Cidades. Ao longo do semestre acontecerão encontros entre todos os cursos para troca de métodos e resultados dentro do tema, reconhecendo as diferentes abordagens, metodologias e formas de pensar-agir próprias a cada curso. | | | | |
| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |

| | | | |
|--|---|---|--------------------|
| <p>Todos os cursos tem o mesmo tema mas darão ênfases próprias</p> | <p>Cidades Vivas, Cidades Imaginadas</p> | <p>Nesta disciplina os alunos irão à campo e farão uma reflexão e registro da sua experiência (individual e coletiva) com a cidade real, caderno de vivências, leitura inicial da cidade. Além da presença do professor, membros dos bairros visitados nas diferentes regiões da cidade farão parte da visitação integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os alunos serão capazes de vivenciar os diferentes momentos de vida em uma cidade: nascer, crescer, amadurecer e envelhecer na cidade. Na segunda parte da disciplina os alunos serão convidados a à pensar alternativas coletivas, visões de futuro, exercícios utópicos a partir do reconhecimento da cidade real/vivida alcançando a Cidade Imaginada. Neste disciplina também serão apresentadas metodologias de pesquisa qualitativa como etnografia, fotoetnografia, pesquisa-ação, entrevista em profundidade, análise de discurso, história oral, visita a campo, observação e registro.</p> | <p>72hs</p> |
| | <p>Passado, presente e futuro: historiografia e política das cidades</p> | <p>Nesta disciplina serão apresentados a história e a evolução das cidades desde o seu surgimento em 3500 A.C até os dias de hoje com o aparecimento das grandes metrópoles. Através desta historiografia serão apresentados os fundamentos da teoria política como Estado, Nação, Povo, Território, Poder, Política, Polis, Sistemas e Formas de Governo, Sistemas Representativos, Partidos Políticos, entre outros, através de clássicos como Aristóteles, Hobbes, Maquiavel, Montesquieu, Marx e textos contemporâneos. Diferentes recursos audiovisuais serão utilizados para retratar estes momentos como, filmes, textos literários, músicas e fotografias.</p> | <p>72hs</p> |
| | <p>Dinâmica Social das Cidades</p> | <p>Esta disciplina pretende apresentar fundamentos da psicologia e da sociologia através da noção de indivíduo/cidadãos e contextualizando com princípios da sociologia e da vida em sociedade como separação entre esfera pública e esfera privada, individual e comunitário, diferenças e igualdades, entre outros buscando aprofundar nos parâmetros que se pretendem universais para a construção da igualdade (como democracia, cidadania e direitos). Dentro do tema do semestre, Cidades Vivas e Cidades Imaginadas serão apresentados casos que problematizem os desafios da vida em sociedade e serão utilizados recursos audiovisuais como, filmes, textos literários, músicas e fotografias.</p> | <p>72hs</p> |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| | Debates sobre as Cidades | Convidados debatem a cidade contemporânea e temas emergentes (mobilidade, saneamento, lixo, rios urbanos, agricultura urbana, governança democrática, ocupações, violações de direitos etc). | 72hs |
| | Sexta cultural | Shows, saraus, peças, filmes. Socialização entre os cursos. | 72hs |
| | Memorial de Percurso Formativo I | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | | Subtotal | 360 |

2o Semestre. COMO FUNCIONAM AS CIDADES ? POR QUEM, PARA QUEM E COMO?

Objetivos: este semestre tem como objetivo principal introduzir o funcionamento das cidades a partir da perspectiva da administração pública considerando princípios básicos de gestão e suas ferramentas. Serão analisados os direitos dos cidadãos e a lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988 dentro da estrutura federativa do Estado Brasileiro, os fundamentos da administração pública e das políticas públicas, os fundamentos da contabilidade pública e da formação social e econômica do Estado e das Cidades brasileiras.

| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
|--|---------------|--|---|---------------|
| | Todos | Fundamentos da Administração e das Políticas Públicas | Esta disciplina discutirá o que é administração pública e políticas públicas e a sua importância para as cidades considerando seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Será feita uma análise histórica considerando os diferentes modelos de administração pública (patrimonialista, burocrático, gerencialista, participativo) assim como a discussão sobre coprodução dos serviços públicos. Serão apresentados as funções administrativas do serviço público como Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Também será introduzido o conceito de política pública e o ciclo que envolve a formulação, a implementação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas destacando os atores e interesses políticos, sociais e econômicos envolvidos nas políticas públicas. | 72hs |
| | Todos | Realidade Brasileira: Formação Social e Econômica do Brasil e das Cidades | Esta disciplina discutirá a formação socioeconômica brasileira, partindo do legado colonial para entender o processo concentrado de desenvolvimento econômico e seus efeitos socialmente excludentes nas cidades das regiões brasileiras. Análise das estratégias e modelos de desenvolvimento no século XX, relacionados com o modelo político de cada período. O papel do Estado na possível superação das tendências históricas de exclusão social. | 72hs |

| | | | |
|---------------------|--|---|-------------|
| AP | A lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988. | Esta disciplina apresentará os princípios do direito constitucional e o impacto para as cidades com a Constituição Federal de 1988 destacando a autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal, assim como a organização dos poderes no município. | 36hs |
| AP e aberta a todos | As bases jurídicas e administrativas das cidades | Esta disciplina apresenta os objetivos e conceitos do direito administrativo, os princípios e poderes da administração pública, os atos administrativos, contratos administrativos, concessões de serviços públicos. Responsabilidades do Estado. O processo de licitação (pregão eletrônico, contratos para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão). Processo de contratação: adjudicação, assinatura do contrato. Execução e acompanhamento e avaliação dos contratos. | 36hs |
| AP | Orçamento Público e Administração Financeira: o Caso de São Paulo | Serão apresentados princípios da contabilidade pública e da administração financeira utilizando o orçamento público como objeto de análise considerando o ciclo orçamentário que abrange o Plano Plurianual (PPA), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Demonstrações contábeis para tomada de decisão. Serão discutidos os princípios do federalismo fiscal e o sistema tributário brasileiro. Finanças pública locais – política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios. Através do entendimento das Contas Públicas e do processo de arrecadação e alocação de recursos fiscais no país o aluno compreenderá como as políticas públicas se concretizam. | 72hs |
| Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| Todos | Eletiva de sexta II | | 36hs |
| Todos | Memorial de Percurso Formativo II | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | Exposição e Fóruns anuais | Temas/problemas trabalhados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública” | |
| | | Subtotal | 360 |

| 3o Semestre. ESFERA PÚBLICA: TENSÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS CIDADES. | | | | |
|---|----------------------------|---|--|---------------|
| Objetivos: este semestre tem como objetivo apresentar a cidade dentro de um contexto de esfera pública, rede onde se comunicam informações e pontos de vista destacando o espaço, os atores, as instituições e as relações presentes em uma cidade e as desigualdades existentes, os desafios e as potencialidades. | | | | |
| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
| | AP | Democracia e Instituições Políticas Brasileiras | Esta disciplina abordará as teorias da democracia e as instituições políticas brasileiras através de uma análise histórica sobre as diferentes correntes democráticas para aprofundar nas teorias contemporâneas de democracia participativa, deliberativa, desenvolvimentista e conectada, chamando a atenção para as desigualdades de oportunidades, a segregação racial e residencial, entre outros. | 72hs |
| | AP | Dinâmica Econômica das Cidades: Trabalho e Consumo | Através de uma apresentação da dinâmica econômica das cidades os alunos serão apresentados aos princípios da microeconomia como teoria do consumidor. demanda e oferta, teoria da firma e teoria da produção, práticas de Mercado (monopólio, oligopólio, etc.), incertezas e teoria dos jogos. Efeitos de políticas públicas sobre preços e quantidades de equilíbrio (controle de preços e tributação). | 72hs |
| | AP e aberta a todos | Relações intergovernamentais e o impacto nas cidades | Abordará a relação entre os três poderes: executivo, legislativo e judiciário e as relações Inter federativas entre governos federal, estadual e municipal. Estratégias de relações Inter organizacionais e intergovernamentais assim como a definição de competências e possibilidades de colaboração e consórcios. O papel das agências reguladoras. | 36hs |
| | AP | Ativismo social | Análise histórica dos movimentos sociais e movimentos sindicais e sua relação com as cidades através de diferentes lutas (movimento sanitário, movimento de habitação, ambientalista, movimento dos trabalhadores entre outros) e serão apresentados os novos paradigmas do participacionismo no século XXI como o crescimento e a atuação das organizações da sociedade civil, o cyber ativismo, as redes sociais e outras tecnologias de informação e comunicação que propagam a participação e o advocacy dos cidadãos. | 72hs |
| | AP | Macroeconomia e o impacto nas cidades | A disciplina abordará os fundamentos da macroeconomia, os problemas e os modelos macroeconômicos. O sistema monetário: bancos comerciais, banco central e a oferta de moeda. Crescimento monetário e inflação. Produto de equilíbrio. Moeda. Equilíbrio macroeconômico. Juros. | 36hs |

| | | | | |
|--|--------------|---|---|-------------|
| | | | Câmbio. Relações internacionais. Política econômica. Crescimento. Inflação. Desenvolvimento. Relação entre inflação e desemprego. | |
| | Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| | Todos | Eletiva de sexta II | | 36hs |
| | Todos | Memorial de Percurso Formativo III | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | | | Subtotal | 360 |

4o Semestre. A POLÍTICA POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivos: Este semestre tem como principal objetivo apresentar as Políticas Públicas por área conectando com as cidades no âmbito municipal e apresentando o ciclo considerando a formação de agenda com seus diferentes atores, e formulação, implementação, avaliação e o monitoramento de políticas públicas. Ao apresentar diversas políticas e os atores envolvidos no processo espera-se que os alunos conectem a complexidade existente nas cidades e na política assim como a conexão entre as diferentes políticas.

| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
|--|------------------------|---|---|-------------|
| | AP | Políticas Públicas: Políticas Sociais | Apresentação das principais políticas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Previdência Social, entre outras) dentro de um contexto Inter federativo enfatizando o funcionamento das mesmas no âmbito local e apresentando problemas causados pelas desigualdades (falta de vagas em escolas, creches, problemas com liberação de medicamentos, cirurgias, etc.) e a judicialização neste contexto. Avaliação de impacto de políticas sociais. A disciplina será dada com o uso dos Escritórios de Políticas Públicas. | 72hs |
| | AP+AU+GB + GL+EC | Políticas Públicas: Cidades | A partir do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor serão apresentadas as políticas públicas voltadas às cidades como, por exemplo, habitação, transportes, meio ambiente, energia, políticas urbanas e de infraestrutura, ambientais, de saneamento, turismo, cultura, entre outras, dentro de um contexto interfederativo. Serão discutidas políticas do Brasil e do mundo relacionando com o processo de produção e apropriação do espaço urbano. Avaliação de impacto de políticas voltadas às cidades. A disciplina será dada com o uso dos Escritórios de Políticas Públicas. | 72hs |
| | AP | Políticas Públicas: Justiça e Direitos | Disciplina que focará às políticas de segurança pública, direitos humanos, mulheres, gênero, igualdade racial, portadores de necessidades especiais, entre outras. Avaliação de impacto de políticas. A disciplina será dada com o uso dos Escritórios de Políticas Públicas. | 36hs |
| | AP | Políticas Públicas: Desenvolvimento | Disciplina focará nas políticas de desenvolvimento econômico, social, territorial, ciência, tecnologia e inovação, entre outras. Avaliação de impacto de políticas. A disciplina será dada com o uso dos Escritórios de Políticas Públicas. | 36hs |
| | AP | Métodos Quantitativos de | A disciplina apresentará os conceitos básicos de estatística, voltando-se à sua aplicação prática e | |

| | | | |
|----------------------|---|---|-------------|
| | Pesquisa aplicados à Administração e às Políticas Públicas | analítica na pesquisa social aplicada à administração pública e às políticas públicas. Conceitos de probabilidade, regressão linear simples e múltipla, suas hipóteses básicas, bem como testes de hipóteses e inferência. | 36hs |
| AP+AU+GB + GL | A economia política da urbanização contemporânea | O rápido curso da urbanização e das mudanças tecnológicas ocorridas ao longo das últimas décadas está criando uma nova geografia de poder no mundo, em que as grandes cidades e regiões ganham crescente importância. O artigo examina essas transformações e postula que a atenção nos espaços urbanos requer abordagens regionais e o entendimento da economia política global, a qual não destitui os Estados nacionais da condição de atores políticos relevantes. A despeito de todas as transformações, eles permanecem – atualmente, entre outros agentes políticos – suportes fundamentais para operacionalizar e coordenar esforços de desenvolvimento em uma perspectiva multiescalar, capaz de conferir sustentabilidade às estratégias de crescimento local. A metrópole de São Paulo é tratada como caso de estudo, devido a suas especificidades. | 36hs |
| Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| Todos | Eletiva de sexta II | | 36hs |
| Todos | Memorial de Percurso Formativo IV | Relato e síntese da experiência semestral | |
| Todos | Exposição e Fóruns anuais | Temas/problemas trabalhados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública”. | |
| | | Subtotal | 360 |

5o Semestre. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA

Objetivo: O semestre girará em torno de uma simulação cidade através de um Jogo de Cidades que permitirá aos alunos vivenciarem a gestão na prática. As disciplinas do semestre focarão na gestão de diferentes áreas da administração públicas e trabalharão de forma interdisciplinar a fim de mostrar a importância do pensamento sistêmico e da noção de complexidade. Os alunos em grupos deverão através do jogo desenvolver estratégias que permitam a melhoria do IDH, aumento do PIB per capita, melhorias na mobilidade urbana, melhorias no atendimento na saúde, IDEB, entre outros.

| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
|--|--------|--|---|-------------|
| | Todos | Transformação de Cidades | Através de um jogo simulador de cidades (exemplo: Simcity), aulas teóricas, exercícios de representação de atores e interesses, urbanismo estratégico (estado/mercado) x urbanismo tático (resistências/insurgências) será simulado o real funcionamento de uma cidade a sua complexidade. Introdução ao direito urbanístico, direito de propriedade e sua função social, conflitos urbanos e como avaliá-los e indicar ações resolutivas. | 72hs |
| | AP | Pessoas na Administração Pública | A disciplina apresentará a evolução da administração de recursos humanos e a importância que este tema tomou nas últimas décadas enfatizando o papel estratégico das pessoas no serviço público. Políticas, funções, cargos e salários, competências, motivação no setor público, concurso público, planejamento, políticas e funções da área de recursos humanos nas organizações. Estrutura e planejamento de pessoas, especificidades no setor público. Tendências contemporâneas. | 72hs |
| | AP | Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública | A disciplina apresentará fundamentos da administração patrimonial e de materiais, fontes de fornecimento e compras no setor público, licitações. Logística e distribuição no setor público, redes e cadeias. | 36hs |
| | AP | Cidades Inteligentes e Digitais. Democracia Conectada | Esta disciplina abordará a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação aplicados à administração pública e plataformas de governo aberto que promovem uma democracia conectada. Planejamento estratégico de tecnologias de comunicação e informação (TICs) governamentais. | 36hs |
| | AP | Economia Solidária e Tecnologias Sociais | Esta disciplina discutirá formas organizacionais alternativas às tradicionais como economia solidária, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo social, negócios sociais, entre outros. | 36hs |

| | | | | |
|--|--------------|---|--|-------------|
| | Todos | Mediação e Negociação | O objetivo desta disciplina é o desenvolvimento de competências exclusivas da mediação e da negociação, capacitando o aluno a construir consenso e gerenciar conflito. Assim, analisa-se o ambiente de negociação, considerando os desafios, as oportunidades, as forças envolvidas e a amplitude do processo de negociação, desde a sua preparação até o seu encerramento, e O aluno deverá aplicar tais conhecimentos de modo a aproveitar as oportunidades de intervenção. Arbitragem: definições e práticas. Jogos de poder. Paradigmas da interação humana. | 36hs |
| | Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| | Todos | Eletiva de sexta II | | 36hs |
| | Todos | Memorial de Percorso Formativo V | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | | | Subtotal | 360 |

| 6o Semestre. GESTÃO DE MEGACIDADES E PROJETOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA. GESTÃO DE RISCOS URBANOS E ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES CRÍTICAS | | | | |
|---|--------------------------|--|--|---------------|
| Objetivo: Este semestre discutirá as dimensões e os problemas integrados em contextos metropolitanos, conjunto de instrumentos e procedimentos de planejamento, aspectos políticos e projetuais, assim como a atuação em situações críticas como na gestão de riscos e catástrofe em cidades. | | | | |
| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
| | AP | Ferramentas e Modelos de Gestão para Cidades Sustentáveis | Esta disciplina abordará diferentes ferramentas e técnicas de gestão disponíveis para a administração pública com ênfase na mudança e aprendizagem nas organizações, ferramentas para diagnóstico, indicadores de desempenho, avaliação de impacto de políticas públicas, modelos de gestão e metodologias para melhoria dos serviços públicos: sistemas de ouvidoria, balance scorecard, avaliação da satisfação dos usuários, plano de metas, benchmarking, parceria público/privadas, gestão participativa. | 72hs |
| | AU + AP + EC | Gestão de Projetos | Esta disciplina apresentará os conceitos básicos de gestão de projetos, o aluno deverá compreender e aplicar instrumentos para planejamento, estruturação e avaliação de projeto, fatores ambientais, estrutura organizacional, escopo, tempo, curso, qualidade, recursos humanos, comunicação, entre outros. | 36hs |
| | AU + AP + GB + GL | Planejamento Territorial, Urbano e Regional. | História e teoria do Urbanismo. Planejamento de metrópoles e grandes projetos urbanos. Mapas temáticos da metrópole, uso e ocupação do solo, grandes infraestruturas, setores censitários, georreferenciamento, estatística. Metodologias de Planejamento (estratégico, situacional, estudos de futuro (foresight) territorial etc). | 72hs |
| | AU + AP | Gestão de Riscos e Catástrofes em Cidades | Gestão de Riscos e Catástrofes em Cidades | 36hs |
| | Todos | Planejamento Estratégico | Planejamento estratégico na gestão pública. Processos e mecanismos. | 72hs |
| | Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| | Todos | Eletiva de sexta II | | 36hs |
| | Todos | Memorial de Percurso Formativo VI | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | Todos | Exposição e Fóruns anuais | Temas/problemas trabalhados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e | |

| | | | |
|--|--|--|-----------------|
| | | conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública”. | |
| | | | Subtotal |
| | | | 360 |

| 7o Semestre. AVALIAÇÃO E CONTROLE NAS CIDADES PARTICIPATIVAS: EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE. | | | | |
|---|----------------------------|---|---|---------------|
| Objetivo: Neste semestre apresentam-se conceitos e mecanismos fundamentais de avaliação e controle da administração pública assim como a participação da sociedade civil neste processo. Serão apresentadas ferramentas e técnicas para uma gestão transparente e responsiva. | | | | |
| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
| | AP e aberto a todos | Indicadores Socioeconômicos na Administração Pública | Esta disciplina apresentará princípios de estatística avançada através da apresentação e interpretação de indicadores socioeconômicos da Administração Pública. | 36hs |
| | AP | Auditoria, Controladoria e Prestação de Contas: em busca de uma accountability democrática | Esta disciplina abordará o funcionamento da prestação de contas e dos tribunais de contas no Brasil. Abordagem legal, poder, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Accountability horizontal e vertical, democracia. Fontes de controle externas e internas. Participação da sociedade civil e mecanismos de controle social. Governança de Organizações Públicas | 72hs |
| | AP e aberto a todos | Conexão Local – Viagens de estudo obrigatórias | Vivência da realidade local através de uma pesquisa de campo em cidades nas diferentes regiões Brasileiras com o intuito de desenvolver técnicas e habilidade de gestão em contextos variados e complexos. | 36hs |
| | AP | Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso | Esta disciplina guiará o aluno no desenvolvimento do TCC considerando a definição do problema de pesquisa, metodologia, cronograma. | 36hs |
| | Todos | Escritório Integrado | Trabalho Integrado de todos os cursos em um mesmo tema relevante contemporâneo a ser definido em plenária. Professores de todos os cursos envolvidos. Turmas subdivididas em “Escritórios Públicos” compostos por estudantes de todos os cursos | 144hs |
| | Todos | Eletiva de sexta I | | 36hs |
| | Todos | Memorial de Percurso Formativo VII | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | | | Subtotal | 360 |

| 8o Semestre. CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS, O BEM ESTAR NA CIDADE. | | | | |
|---|---------------|--|---|---------------|
| Objetivo: Semestre de finalização do curso e de reflexão através do trabalho de conclusão de curso e da síntese da narrativa pessoal. | | | | |
| | Integr | Título UC | Síntese de conteúdo e ação | CH Sem |
| | AP | Ética e o papel do administrador público | Esta disciplina apresentará os fundamentos da ética. O bem comum e o papel do administrador público na busca do mesmo. Consciência moral e agir comunicativo. Código de ética do administrador e dos funcionários públicos. Deontologia. | 36hs |
| | Todos | Nascer, Crescer e Envelhecer nas Cidades com Qualidade de Vida. | Esta disciplina buscará discutir a vida nas cidades sob um aspecto do ciclo de vida dos cidadãos analisando a qualidade de vida dos mesmos, desigualdades, políticas públicas e potencialidades. Especial ênfase será dada ao envelhecimento com saúde e bem estar nas cidades. | 72hs |
| | AP | Trabalho de Conclusão de Curso | Realização do TCC sob supervisão de um orientador. | 36hs |
| | AP | Estágio Supervisionado | Acompanhamento do estágio obrigatório dos alunos com realização de relatório final. | 36hs |
| | Todos | Eletiva intercampi, Língua estrangeira ou Atividade Cultural | Dia/período liberado no semestre para realizar UC eletiva noutro Instituto ou Escola da Unifesp; Inglês ou espanhol; ou para atividade cultural no Campus ou noutra unidade da Unifesp (teatro, dança, música, vídeo, coral etc) | 36hs |
| | Todos | Memorial de Percurso Formativo VIII | Relato e síntese da experiência semestral | |
| | | | Subtotal | 516 |

Lista de Possíveis Eletivas do Instituto das Cidades que poderão ser realizadas por alunos de todos o cursos.

| |
|---|
| Modelos de Decisões Urbanas |
| Gestão de Organizações da Sociedade Civil e de Orgãos Multilaterais |
| Advocacy e Lobby das Organizações da Sociedade Civil |
| Regulação, Agências Reguladoras e Governança |
| Técnicas de Redação Legislativa |
| Econometria aplicada às Políticas Urbanas. |
| Laboratório de Tecnologias Sociais. |
| Sistemas de Georeferenciamento aplicados à Administração Pública. |
| Pensamento sistêmico: problemas do dia a dia. |

| |
|--|
| Marketing Político. |
| Metodologias de Avaliação de Impacto de Serviços Públicos. |
| Cidades inteligentes ao redor do mundo. |
| Design de Instituições Públicas. |
| Igualdade, Justiça e Diferença. |
| Políticas Públicas Globais. |
| Democracia, desobediência e divergência. |
| Raça e Gênero: Desigualdades e Políticas Públicas. |
| Controle Interno do Setor Público. |
| Gestão da Previdência |
| Tópicos Avançados de Finanças Públicas |
| Laboratório de Mobilidade Urbana |
| Laboratório de Cidades Justas e Sustentáveis |
| Laboratório de Cidades Conectadas e Democráticas |
| Grandes intérpretes do Brasil. Território, sociedade e urbanização em suas leituras. |
| História e teoria da urbanização na América Latina, estudos de caso e desafios atuais |
| Cidade e Multidão: novo ativismo urbano e urbanismo tático no século XXI |
| Circuito imobiliário e circuito financeiro, conexões atuais, sobreacumulação e crise |
| Cidade, pólis e esfera pública: uma história política das cidades |
| A forma urbana nas grandes utopias sociais e suas narrativas |
| Cidade na mídia: como a cidade é representada pelos meios de comunicação |
| Brinquedos e jogos para entender as cidades, seus agentes e conflitos |
| Brinquedos e jogos de construir: forma, espaço, estrutura, matéria |
| Cinema, música e cidade, diálogos entre forma urbana e indústria cultural |
| Teatro e a cidade: leituras e encenação de peças sobre fazer e usar as cidades |
| A cidade na literatura. De cenário a protagonista forma urbana na forma literária. |
| Artes visuais e cidade: imagens da cidade e arte na esfera pública |
| Novas tecnologias no reconhecimento, representação e gestão de temas e problemas urbanos |
| Cyberrealidade, games e visões de futuro para as cidades e o pós-urbano |
| Planejamento de infraestrutura em Unidades de Conservação |
| Permacultura |
| Energias renováveis; |
| Conservação e recuperação da bio-diversidade; |

| |
|--|
| Segurança alimentar e nutricional; |
| Organização de demandas e logística; |
| Relações internacionais e globalização; |
| Expressões artísticas e manifestações culturais; |
| Gestão de projetos; |
| Fluxo de pessoas e processos migratórios; |
| Fluxo de dinheiro e moedas sociais; |
| Contaminação e descontaminação de solos; |
| Mudanças climáticas; |
| Estudos e contradições de gênero; |
| Comunicação audio visual: inclui foto, vídeo, web design e suas mudanças; |
| Planejamento estratégico; |
| Análise de conjuntura. |
| Interações geográficas e rede urbana |
| Cidade e produção imaterial: comércio e serviços |
| Taylorismo, Fordismo e Just in time: organização da planta da fábrica e os usos do espaço urbano no Brasil |
| Cidade e Geografia Política: sindicalismo e processo de urbanização no Brasil |
| Desigualdades Urbanas Desigualdades escolares |
| Logística e fluidez do território |

9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO

O Instituto das Cidades tem como objetivo estimular a autonomia, protagonismo e pensamento crítico do estudante, a capacidade de definir sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com autoconsciência do percurso formativo, na escolha de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), atividades complementares, estágio e intercâmbio, tornando-se sujeito ativo na sua formação, do primeiro semestre ao trabalho de conclusão de curso.

Neste sentido, é fundamental desenvolver nos estudantes a capacidade de “aprender a aprender” e ser capaz de manter um processo reflexivo sobre o próprio percurso de aprendizado, tendo consciência de métodos, problematizações, caminhos prospectivos e projetuais.

Ao longo da graduação, a cada novo semestre, serão ampliadas as possibilidades de eletivas e atividades complementares dos estudantes, além das escolhas em opções de intercâmbio e estágio – de modo a progressivamente tornar-se sujeito de seu aprendizado.

Todos os estudantes do Instituto das Cidades deverão produzir, ao longo da graduação, desde o primeiro semestre, um MEMORIAL do seu processo formativo, costurando os nexos do seu aprendizado, com apoio de tutor e com debates abertos, finalizando com um documento final que é apresentado junto com o TCC.

Esse tipo de memorial (diário de bordo, diário de obra), com formato livre, é instrumento importante tanto para a avaliação do estudante quanto do próprio curso. Deve ser uma espécie de romance formativo, como o *bildungsroman* do século XIX, como passos no processo de tomada de consciência de si e do mundo.

Sobre política de Apoio ao Estudante, ver capítulo 18.

10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Instituto das Cidades deverá agregar as múltiplas experiências formativas do estudante em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-construtor de cidades. Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, construções, protótipos, etc.) e esperar-se-á que sejam resultantes dessa experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

O TCC sintetizará o resultado do processo formativo de cada estudante e seu resultado indicará o perfil do profissional que o Instituto está formando – por isso, servirá igualmente como importante momento para avaliação do próprio projeto pedagógico, de cada curso e do IC como um todo.

É recomendado que o processo avaliativo e a banca congreguem professores de dois ou três cursos do Instituto e/ou externos, com a seguinte composição: professor orientador, um docente do curso, um docente de outro curso do Instituto e um convidado externo (opcional) Este último, pode ser docente ou não, como profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionados ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade da matriz curricular. Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

TCC de Administração Pública

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública (Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014) assim definem o Trabalho de Conclusão de Curso:

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

A Unifesp não possui regulamentação única para os TCCs, cabendo a cada curso sua regulamentação específica. A regulamentação de normas para o TCC consta em documento específico, em anexo a este PPPC. As diretrizes que embasam a execução do TCC em Administração Pública da Unifesp, em consonância com as diretrizes de TCC do Instituto das Cidades o artigo da DCN citados acima são:

- O tema é de livre escolha do estudante e deverá agregar as múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-administrador de cidades;
- O tema deverá ser obrigatoriamente relacionado às atribuições e atividades profissionais estabelecidas em lei (reproduzidas no item 6.c deste PPPC), bem como a reflexão crítica, histórica sobre estas mesmas atribuições e atividades;
- Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, etc.) sempre justificada a relação entre forma-conteúdo, tema-produto;
- O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de Administração Pública da Unifesp;
- Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores;
- A composição da banca será composta por:
 - Professor orientador
 - Um docente do curso de Administração Pública
 - Um docente de outro curso do Instituto das Cidades
 - Opcionalmente, um convidado externo. Este último, poderá ser docente, profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionado ao tema.
- A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade complementar.
- Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E VIAGENS DE ESTUDO

Na matriz curricular, para todos os cursos do Instituto, é previsto um intercâmbio (semestre “out”) recomendado (mas opcional), em que os estudantes deverão circular, sempre que possível apoiados com bolsas, por outras instituições, nacionais ou internacionais, e conhecer contextos urbanos e culturais diferentes, alargando seu repertório e ampliando suas hipóteses de entendimento profissional, de pesquisa e ação sobre as cidades.

O intercâmbio é vetado no primeiro e último anos do curso e recomendado nos demais semestres. A duração poderá ser de um ou dois semestres consecutivos. O intercâmbio deverá ocorrer por meio de acordo de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. As atividades realizadas pelos estudantes nessas instituições deverão ser contabilizadas para a integralização de seu curso na Unifesp, devendo seu reconhecimento ficar a cargo de avaliação da comissão de curso. O que não for reconhecido, pode figurar no histórico acadêmico do estudante como atividade optativa.

O estudante que não fizer o intercâmbio prosseguirá na matriz curricular do Instituto, no seu curso, tendo mais espaço para eletivas, optativas, iniciação científica, extensão, iniciação à gestão, atividades complementares, entre outras.

O Instituto também irá receber estudantes de outras universidades do país e do exterior, mediante os mesmos acordos de cooperação, integrando-os no ensino, pesquisa e extensão.

Além do intercâmbio, viagens de estudo mais curtas são fundamentais ao longo da graduação, com foco em contextos urbanos diversificados (de grandes metrópoles a vilas em áreas predominantemente rurais, cidades históricas e novos povoados), de preferência na América do Sul.

Programa de mobilidade estudantil da Unifesp

A mobilidade internacional é uma oportunidade de vivência internacional em instituições conceituadas, com as quais Unifesp mantém acordos de cooperação, proporcionando, além de uma formação acadêmica ainda mais sólida aos estudantes, o seu amadurecimento pessoal, cultural e profissional.

A Unifesp dispõe de três modalidades de mobilidade acadêmica internacional para seus estudantes: pelo Programa Ciência sem Fronteiras (com apoio concedido pelo governo federal); pelo Programa Santander Universidades (com apoio concedido pelo próprio banco) e pelos acordos e convênios firmados bilateralmente entre a Unifesp e outras Instituições de Ensino estrangeiras (sem apoio financeiro, porém com o respaldo oficial da Unifesp).

Estes programas são abertos aos estudantes de graduação, por meio de editais, onde são publicadas as regras do processo seletivo e a documentação que o aluno precisa apresentar para a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Os Editais são publicados periodicamente nas páginas da SRI e da ProGrad.

Há ainda a possibilidade de o aluno fazer um intercâmbio de maneira autônoma, sem o respaldo da Unifesp (fora dos editais), em alguma instituição estrangeira da sua escolha (quer seja ela conveniada ou não com a Unifesp). Neste caso, ele não precisa se reportar à SRI, mas deverá se comunicar para a Secretaria de Graduação do seu Curso e atender as regras específicas do seu curso e do Regimento Interno da ProGrad.

Intercâmbios e Mobilidade no curso de Administração Pública

[em elaboração e definição das primeiras instituições parceiras]

12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Além da licenciatura, com seu estágio docência obrigatório, os cursos de Engenharia, Arquitetura e Administração Pública passaram recentemente a ter em sua diretriz curricular a obrigatoriedade de estágio programado (com o mínimo de 360 horas) para todos seus estudantes. Por constituir momento importante de aprendizado em ambiente profissional, trazendo elementos novos para sua formação, que reverberam em novas questões e visões para os programas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto como um todo, o estágio programado será recomendado em todos os cursos do IC.

Contudo, é preciso compreender os contextos de trabalho nos quais se insere o estágio, de modo a tirar o proveito dele esperado. Atualmente, a obrigatoriedade de estágio associada à ampliação do número de estudantes no ensino superior (em especial nos cursos privados) tem resultado em impactos no mercado de trabalho, com estagiários comumente substituindo profissionais a baixo custo, assumindo responsabilidades indevidas, com jornadas de trabalho flexíveis e muitas vezes superando o previsto pela legislação. Ou ainda exercendo funções em condições de baixíssimo aprendizado, em atividades mecânicas e subalternas.

Por isso, o estágio obrigatório deverá ser planejado como atividade programada, com acompanhamento de tutores, em contextos favoráveis ao aprendizado, com convênios supervisionados em órgãos públicos (sobretudo com Subprefeituras e outros órgãos), entidades civis, assessorias técnicas, centros de pesquisa e planejamento, cooperativas, empresas selecionadas e conveniadas, sempre em ambientes profissionais mais regulados/formais e com vocação pública. As atividades de extensão que simulam contextos profissionais e com professores supervisores (como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, por exemplo) também são considerados espaços recomendados para estágio. Por fim, a própria gestão do Campus, entendida como Administração-Escola é espaço relevante para estágio programado (ver item 18).

Especificidade do Estágio Curricular em Administração Pública

O estágio supervisionado deve se consolidar a partir dos princípios, valores e diretrizes norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de administração pública, em uma perspectiva interdisciplinar, coadunada com as demandas sociais e na defesa permanente de uma universidade pública para todos.

Nessa política, concebe-se o Estágio Supervisionado como atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação do administrador público. Trata-se de uma unidade curricular obrigatória que se configura, a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho profissional que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional.

Como processo educativo supervisionado, o estágio compõe a formação acadêmica dos estudantes e possibilita a articulação interdisciplinar entre as unidades curriculares e as dimensões, teórico-metodológica e técnico-prático que conformam o exercício do trabalho profissional.

Seguindo as DCNs nesse Projeto Pedagógico, adotou-se o estágio supervisionado obrigatório. Sua realização articula a formação e o exercício profissional, estabelecendo a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a interdisciplinaridade e por fim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Na condição de processo educativo, investigativo e prático, o estágio supervisionado pressupõe grau de responsabilidade e de realização de atividades acumulativas e progressivas pertinentes ao cenário do trabalho profissional e, ao mesmo tempo, coerentes com os conteúdos programáticos e os objetivos do percurso formativo em curso. Para tanto, é obrigatória a supervisão de estágio na formação em Administração que se firma na dimensão de acompanhamento e orientação do estágio pela figura do coordenador de estágio, professor vinculado ao curso de administração pública. Como espaço didático pedagógico voltado à formação e a discussão teórico-crítica do exercício profissional, a supervisão acadêmica é realizada concomitantemente a supervisão de campo. Essa supervisão direta possibilita reflexão, acompanhamento, avaliação e sistematização do processo de estágio com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelo aluno e coordenador de estágio.

A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório exige os seguintes pré-requisitos: estar cursando as disciplinas de, no mínimo, sexto semestre do curso de administração. O estágio supervisionado obrigatório exige o cumprimento da carga horária total de 360 horas aula, com 36 horas de supervisão e um mínimo de 324 horas - no campo de estágio – a serem realizadas durante o ano letivo e distribuídas a partir do sexto semestre do curso.

A política de estágio supervisionado é coordenada por um(a) docente do curso, responsável por assegurar a gestão, com qualidade, do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem no estágio. No Regulamento do Estágio Supervisionado, à disposição dos alunos, estão especificadas as atividades a serem realizadas e a estrutura do relatório a ser desenvolvido.

13. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Ensino

O tema/problema articulador Cidades, dada a sua complexidade e transversalidade, favorece o desenvolvimento de uma visão integrada entre cursos de graduação de diferentes campos do conhecimento. É, ao mesmo tempo, parte fundamental da definição das condições e qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, o que permite uma relação promissora entre ensino, pesquisa e extensão, e destes com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos, portanto, constitui-se em potente plataforma propulsora de ideias e práticas.

Os cursos que compõem o Instituto das Cidades serão Engenharias vinculadas ao planejamento e à produção do espaço urbano e suas infraestruturas (Civil, Ambiental/Sanitária e Transportes), Arquitetura e Urbanismo, Design (focado em design de serviços públicos), Geografia (bacharelado e licenciatura), Turismo e Administração Pública (focado em Gestão de Cidades).

A formação é dirigida à construção de situações, mapeamento e resolução de problemas complexos por meio da convergência de conhecimentos baseada em contextos reais. O momento de resolução não se resume à descoberta de uma resposta, mas na sua transformação em projeto indutor da sua própria realização, capaz de construir consensos políticos e sociais e sua viabilidade de realização. Desse modo, o exercício experimental de projetos resulta sempre em um produto capaz de produzir não apenas conhecimento acadêmico, mas estratégias de comunicação para alcançar consensos sociais e políticos para sua implementação. Embora a hipótese de um conhecimento convergente possa apontar para a ideia de que exista um ponto de convergência, sua prática do conhecimento não resulta em uma resposta única, com validade para todos os contextos, sujeitos e tempos. Ela cria espaços onde os interlocutores identificam se suas formas de pensar sobre determinadas questões e problemas são complementares, o que permite construir entendimentos comuns. Isso não significa apenas a procura de consensos, mas também fornece a oportunidade para evidenciar conflitos e perspectivas de dissenso.

A noção de que existem possibilidades criativas de convergências de conhecimento envolve, por isso, o reconhecimento de que existem lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. Cada formação/profissão olha o território, a cidade e seus problemas a seu modo, de seu lugar, pois tem sua identidade já constituída, resultante de tradições epistemológicas do pensamento ocidental e de uma histórica divisão social do trabalho intelectual. Não se pretende negá-las, mas reconhecê-las, confrontá-las e reinterpretá-las. A convergência é, por isso, a procura de confluências e esquinas de encontro do conhecimento, formas de condensar, na construção coletiva do lugar e da cidade, os conhecimentos diversos das diferentes áreas do saber, e também das diferentes experiências de vida e intelectuais de professores, técnicos e estudantes considerados desde o primeiro dia de aula como sujeitos do seu aprendizado e pesquisadores ativos.

O Instituto irá valorizar a capacidade de trabalhar em grupo e pensar as cidades de forma coletiva, como campo de entendimento, cooperação e conflito. Confrontar diferentes ângulos e métodos de observação para fenômenos complexos – como o da urbanização – é pedagogicamente estimulante e simula contextos favoráveis à tomada fundamentada de decisões. Favorecer abordagens multidisciplinares em sala de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão requer assim, de um lado,

o reconhecimento das diferentes identidades profissionais e, de outro, permite que cada formação e suas tradições revejam-se criticamente, avaliando sua atualidade e redesenho para o mundo contemporâneo. Abre-se, deste modo, a possibilidade de testar alternativas e caminhos para a produção de conhecimento sobre a urbanização e seu profissional do futuro, que transite com familiaridade e efetividade por campos afins no pensamento crítico, planejamento, projeto, gestão e produção das cidades.

Outra convergência desejada é a articulação permanente entre teoria e prática, própria a formações aplicadas e que tem como instrumentos o “projeto” e o “plano”. Neste caso, ela é favorecida pela aproximação de um tema comum, as cidades. O aprendizado baseado em análise de contextos, conflitos e problemas é uma ferramenta poderosa para a aplicação crítica do conhecimento em ações resolutivas e socialmente referenciadas. O processo resultará em uma rica mistura de visões que se complementarão em função de seus diferentes perfis acadêmicos: professores que colaboram nas “problematizações” e outros nas “resoluções” – sempre evitando uma abordagem instrumental de solução dissociada da avaliação de meios e fins.

Mesmo com diplomas próprios a cada curso, pretende-se que a experiência pedagógica permita a **formação integral de um pensador-construtor de cidades**, combinando a formação polivalente com a especialização não excludente – e que deve ser mais desenvolvida na pós-graduação posterior. O profissional deve ser capaz de pensar a sociedade e as políticas públicas globalmente e agir localmente como especialista capaz de fazer avançar criticamente sua área de conhecimento, tecnologias, projetos e produtos.

Em termos de metodologia os cursos do Instituto das Cidades trabalharão com metodologias ativas. Nos dias de hoje os docentes se deparam com vários desafios na relação ensino aprendizagem decorrentes de um mundo em constante mudança causada pela revolução na comunicação e na tecnologia. Neste contexto, as metodologias ativas de aprendizagem se apresentam como estratégias de “ativação dos alunos”. O provérbio chinês que diz: “O que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço, eu compreendo” apresenta o que está por trás do conceito de aprendizagem ativa na qual o aluno ao interagir com o assunto em estudo passa a ter um papel ativo na construção do conhecimento.

Os alunos, para terem uma aprendizagem efetiva, devem fazer mais do que ouvir, ou seja, devem ler, escrever, perguntar, discutir, fazer e atuar na resolução de problemas e no desenvolvimento de projetos. Isso faz com que o aluno participe na construção do conhecimento e não seja apenas um receptor do conhecimento passado pelo professor que, dentro do conceito de metodologias ativas, passa a ser um facilitador do processo de aprendizagem, um orientador.

Através de metodologias como aprendizagem baseada em problemas (problem based learning) e aprendizagem baseada em projetos (project based learning) o aluno desenvolve suas capacidades de raciocinar, observar, refletir e combinar, entre outras. A aprendizagem baseada em problemas utilizada inicialmente na Faculdade de Medicina da McMaster University em 1969 é hoje amplamente utilizada em outros cursos como economia, psicologia, direito, administração, entre outros. Através desta metodologia os alunos aprendem a analisar e resolver problemas de um determinado campo de estudo, para isso sendo fundamental uma atitude ativa e independente do aluno em relação ao seu aprendizado. Podem ser definidas 8 etapas neste processo: (1) Entendimento inicial do problema e esclarecimentos para compreendê-lo de forma abrangente; (2) Geração de ideias: listagem de possíveis explicações ou soluções com base no conhecimento atual; (3) Análise: decomposição do problema em partes, identificação de

relações, funções, estruturas; (4) Elaboração de questões: para orientar a investigação ou pesquisa e definir bem o problema a ser resolvido; (5) Objetivos de aprendizagem: o que se espera aprender com os resultados do trabalho; (6) Estudo: estudo individual e discussão em grupo com registro do processo seguido; (7) Síntese e avaliação: síntese/avaliação do trabalho desenvolvido e resultados obtidos; (8) Apresentação: mostra do trabalho desenvolvido para o grupo, resultados, processos, análise (ARAÚJO, 2009)

A aprendizagem baseada em projetos pressupõe que projetos são “empreendimentos finitos com objetivos bem definidos e nascem a partir de um problema, uma necessidade, uma oportunidade ou interesses de uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma organização.” Podem ser projetos que buscam uma determinada intervenção, desenvolvimento, pesquisa, ensino ou aprendizagem (BARBOSA, MOURA, 2013).

b. Pesquisa

O Instituto das Cidades pode colaborar com diversas instituições que estão seguindo na mesma direção, que fazem pesquisas integradas sobre as cidades, no Brasil e no exterior. A época atual é frutífera para o tema, pois a qualidade das cidades é cada vez mais uma questão fundamental para se definir as condições de vida de imensas parcelas da população e o futuro das sociedades. Os territórios em urbanização são elementos multidimensionais propícios a pesquisas convergentes, pois conectam em suas superfícies diversas políticas públicas, aspectos simbólicos, políticos e tecnológicos, lutas sociais e circuitos de acumulação de capital. A dimensão experimental de laboratórios, ateliês e oficinas, com atividades práticas distintas, favorece diferentes tipos de ensino que permitem engajar os estudantes criticamente na formulação de “perguntas urbanas”, e estimular seu papel criativo, de “imaginadores urbanos”.

A pesquisa no Instituto deve, por isso, nascer convergente e procurar temas articuladores estratégicos, afins entre os cursos do IC, mas também com outros Institutos e Escolas da Unifesp e parceiros externos. Desse modo, as pós-graduações não deverão ser diretamente continuidades dos cursos, com mestrados e doutorados em engenharia, arquitetura, geografia, administração pública etc. Mas sim, devem privilegiar programas de pós-graduação interdisciplinares em Cidades, com linhas de pesquisa que combinem uma diversidade de profissionais e pontos de vista para abordar questões emergentes da urbanização mundial, investigações históricas e estudos de futuro.

As linhas de pós-graduação podem ter rebatimento contínuo e produtivo com os temas/problemas abordados nos ateliês multicurso da graduação. De modo que o ensino em ateliê possa alimentar perguntas de pesquisa e vice-versa, criando um sistema cooperativo de pesquisa-ensino associados, testando hipóteses investigativas em âmbito projetual, de desenho de políticas públicas e retornando à investigação científica e reflexiva.

c. Extensão

O Campus Zona Leste já iniciou suas atividades em 2013 com iniciativas de Extensão Universitária. Cabe destaque ao Observatório de Políticas Públicas, ao Centro de Memória da Zona Leste, à Escola de

Cidadania e ao Núcleo de Formação sociocultural da Zona Leste. Outras iniciativas em planejamento e que já existem noutros campi da Unifesp são o Cursinho Popular e a Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI). Esse planejamento está sendo feito em conjunto com a Prefeitura da cidade de São Paulo por meio da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Idosa. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) já se instalou em alguns CEUs da zona leste que acolhem os polos de EAD para atividades de formação de professores da Rede Pública.

Para a realização dessas iniciativas, e abrigando ainda praças cobertas e espaços culturais de uso compartilhado com a população (como Teatro, Biblioteca, Cineclube, Ateliês), será previsto o prédio frontal do Campus, que constituirá a fachada metropolitana na Av. Jacu Pêssego. Tal edifício convidativo e de uso compartilhado seria a marca de uma universidade aberta à população e em diálogo com seus movimentos sociais.

As profissões oferecidas pelo Instituto das Cidades serão aplicadas, por isso o exercício de estágios supervisionados, escritórios-modelo, incubadoras de cooperativas e empresas, escola de governo, residências profissionais e extensão universitária são momentos fundamentais para a realização de experiências concretas de Práticas Assistidas. Algumas delas já são amparadas por leis federais, estaduais e municipais, como as leis de assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos e obras de habitação de populações de baixa renda, movimentos sociais e cooperativas (como a Lei 11.888/2008, que prevê convênios com as universidades para tanto). As Práticas Assistidas permitem a formação profissional em atividades de campo, de aprender fazendo (learn-by-doing), em que os estudantes são expostos a contextos reais, interagindo com situações complexas e levando à prova sua formação intramuros. A prática favorece, assim, o reconhecimento das desigualdades sociais e urbanas e o desejo de superá-las, com ações concretas e transformadoras na relação universidade-sociedade, como um meio de ativismo projetual pela justiça urbana.

A vocação extensionista do Campus Zona Leste e do Instituto das Cidades deve refletir-se igualmente na Câmara de Extensão com a possibilidade de uma composição paritária, com metade dos seus membros sendo representantes da sociedade civil, participando da definição de políticas, programas, bolsas e cursos de extensão e especialização. Na definição de sua matriz curricular, ao menos 10% da carga horária obrigatória dos cursos do IC será destinada a atividades de extensão, como as mencionadas acima. O campus, como a universidade, deverá indicar orçamento para as atividades de extensão de modo a garantir sua viabilidade, continuidade e expansão.

As ações de Extensão são oportunidade única de colocar à prova o ensino e pesquisa, avaliá-los em diálogo com a sociedade e seus contextos territoriais, submetendo o aprendizado a um teste de realidade e ao mesmo tempo procurando novos elementos e interlocutores para informar as ações universitárias como um todo. É desse modo que o Campus Zona Leste propõe a Extensão como Intenção em seu programa de formação de pensadores-construtores de cidades.

A Extensão, contudo, em especial no caso de um Instituto que lida com políticas públicas associadas às carências de infraestrutura e qualidade de vida da população, deve resguardar suas diferenças com a ação do Estado, provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos da cidadania. O Instituto deve estar associado às políticas públicas como agente observador, problematizador e inovador, mas sem a capacidade de implementar ações na escala de serviço público. Para tanto, a universidade pode realizar

parcerias e solicitações para que os órgãos públicos competentes atuem no que for de sua responsabilidade na atenção às demandas locais.

d. Exposição e Fóruns anuais

Ao final de cada ano letivo, todos os temas/problemas trabalhados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública”. Eventualmente, o Fórum pode optar por realizar debates, dramatizações (como o “teatro fórum”) e votações na escolha de soluções divergentes, simular contextos de tomadas de decisão de governo e consulta à sociedade, ou ainda realizar uma plenária de orçamento participativo com os projetos ali apresentados. A Exposição, o Fórum e seus debates serão abertos a toda a população, convidada a opinar e discutir, bem como serão convidados gestores públicos, movimentos sociais, empresas e especialistas de outras universidades pertinentes aos temas em discussão. A montagem de exposições, debates e o Fórum serão contabilizados para fins de integralização na matriz curricular. O resultado anual da Exposição e do Fórum será material para desenvolvimento de projeto editorial gráfico de todos os cursos, sob coordenação e execução dos estudantes.

e. Atividades Complementares

As atividades complementares para o curso de administração pública da Unifesp são componentes curriculares que possibilitam a aquisição de conhecimento e de habilidades e que enriquecem a formação do aluno, especialmente nas relações com o ambiente de trabalho e junto à comunidade.

De acordo com o Regulamento de Atividades Complementares (ainda não elaborado) do curso de administração pública estas são obrigatórias e o seu cumprimento é pré-requisito para a obtenção do diploma. O aluno do curso de administração integral e noturno deve realizar um total de XX horas de Atividades Complementares, observando o limite máximo por modalidade (máximo de XX horas por modalidade), sendo três as modalidades:

- a) Atividades de Ensino - Atividades voltadas a incentivar os estudantes o contato com outros campus da Unifesp e outras instituições de ensino bem como a atuação em projetos de monitoria;
- b) Atividades de Pesquisa e Inovação Tecnológica - Atividades voltadas a introduzir os estudantes nos processos de produção e difusão do conhecimento. Atividades ligadas à construção da autonomia e da criatividade intelectual do estudante;
- c) Atividades de Extensão - Atividades destinadas a gerar oportunidades de contato entre diferentes áreas do conhecimento, visando o debate sobre questões contemporâneas relacionadas a aspectos da vida social e profissional, bem como o acesso e a avaliação de experiências e práticas. São atividades que apresentam um enfoque interdisciplinar e que permitem contato com as comunidades interna e externa, mais especificamente voltadas à formação profissional e cidadã do estudante.

No regulamento, à disposição dos alunos, estão especificadas as atividades que são consideradas complementares e que devem ser realizadas pelo aluno a partir do seu ingresso no curso. Existe um

procedimento para o registro e validação através de formulários específicos que são encaminhados para validação e aprovação pelo professor coordenador das atividades complementares. O processo conta com o auxílio do secretário de curso no que se refere às atividades administrativas.

f. Residência em Cidades

O Instituto das Cidades pretende se beneficiar da enorme experiência da Residência Médica e Multiprofissional em Saúde da Unifesp e, mais recentemente, da sua Residência Pedagógica. Propõe-se, assim, um programa de Residência Multiprofissional em Cidades, no qual os estudantes deverão trabalhar com políticas públicas de planejamento territorial e suas infraestruturas nos mais diversos lugares do Brasil, levando seus aprendizados e enfrentando situações concretas. A Residência em Cidades é uma especialização opcional que ocorre após a graduação, com bolsa de um ano, configurando-se como um dos eixos aglutinadores das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Residência contribui para a formação continuada de profissionais que atuam na gestão pública das cidades (convênio entre universidade, prefeituras e Estados). Isso permite uma real aproximação da universidade com o município em que está instalada (pode-se pensar nas subprefeituras e em outras instituições públicas, além da gestão central do município, por exemplo). Um contexto supervisionado que proporcionará experiências significativas para a formação teórico-prática dos graduados, devendo gerar novos “problemas” consistentes para pesquisas em nível de pós-graduação.

14. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades

O modelo de convergência de conhecimento presente no Instituto das Cidades está relacionado à compreensão de que os problemas territoriais das cidades e demais assentamentos humanos são essencialmente interdisciplinares e necessitam de uma formação voltada ao acionamento e à integração de tecnologias e diferentes áreas de conhecimento para sua resolução. O modelo toma por base um movimento que ao mesmo tempo conjuga a especificidade e promove o aprofundamento da produção das disciplinas “tradicionais”, beneficia e fomenta estratégias de reflexão e ação que buscam extrapolar as fronteiras disciplinares. Com isso, para além da convergência dos vários campos de conhecimentos, os processos de ensino-aprendizagem e de intervenção presentes no IC estarão fundamentados no trabalho colaborativo e na formação de redes de investigação científica e social que levem a soluções inovadoras, socialmente referenciadas, que visem à promoção e à consolidação dos direitos da cidadania.

O modelo implica, entre outros fatores, uma mudança radical na organização acadêmica, com a superação da divisão tradicional de departamentos por disciplinas. Com isso, os docentes, técnicos e estudantes que venham a integrar o Instituto das Cidades precisarão estar comprometidos com a sua missão. O estímulo ao livre debate e entrecruzamento de ideias, aos conhecimentos prévios e ao trabalho colaborativo é ambiente imprescindível para fomentar o modelo de convergência de conhecimento aqui proposto. Um ambiente que deve promover a consciência do futuro profissional/pesquisador sobre as fronteiras disciplinares e sua transcendência, com uma base

integrada, profunda e ampla de conhecimentos, para que possa entender, com múltiplas perspectivas, as questões complexas e conflituosas do dia a dia das cidades e tratá-las de forma crítica, criativa, colaborativa e fundamentada.

O Instituto das Cidades será uma Unidade Universitária situada geograficamente no Campus Zona Leste e estará articulada academicamente às demais Unidades Universitárias da Unifesp, fomentando maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento, podendo, por exemplo, propor a instalação de unidades avançadas em outros campi, bem como abrigar unidades avançadas sugeridas por outros campi. O IC terá uma Direção Acadêmica, uma Congregação e uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

Na sua primeira fase de implantação o Instituto das Cidades manterá uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa, fortalecendo a interdisciplinariedade e a indissociabilidade do seu Projeto Político Pedagógico. Apenas após a formação das primeiras turmas de cada curso de graduação e início das pós-graduações que o Instituto as Cidades avaliará a pertinência de manter unificada ou separar a Câmara em três, desde que mantenham diálogo.

A Câmara integrada faz o planejamento global das atividades acadêmicas e apenas em aspectos executivos distribui trabalhos para secretarias separadas de graduação, extensão e pesquisa. A Câmara integrada enviará três representantes aos Conselhos Centrais, um para o Conselho de Graduação, outro para o Conselho de Extensão e o último para o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Câmara será composta pelos coordenadores dos Cursos de Graduação, coordenadores das Linhas Interdisciplinares, coordenador de Gestão de Espaços Físicos, representantes de estudantes, de técnicos e da sociedade civil.

A Câmara Integrada do IC será um órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Congregação do Instituto, que proporá, planejará e coordenará as políticas e as ações acadêmicas do IC:

- Acompanhará e avaliará o projeto acadêmico do IC no que diz respeito à graduação, propondo ajustes a serem submetidos à Congregação para aprovação. Analisará, avaliará e emitirá pareceres sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do IC e acompanhará a implementação das matrizes curriculares e as normas regimentais, em acordo com a legislação vigente;
- Será responsável por planejar e deliberar sobre a oferta curricular e a atribuição da carga didática dos docentes do IC, dando suporte e apoio acadêmico ao funcionamento dos ateliês, laboratórios, oficinas e estágios/residência.
- Contará com comissões assessoras de docentes e técnicos que trabalhem mais sistematicamente em cada uma das modalidades de Unidades Curriculares (UCs) ofertadas pelo IC – UCs “tradicionais”, ateliês, laboratórios, oficinas e estágio.
- Analisará as necessidades dos cursos de graduação e do IC no que se refere à contratação de docentes e técnicos em educação, elaborará o perfil profissional e requisitos presentes nos editais a serem lançados para a contratação de novos servidores e encaminhará à deliberação da Congregação.

- Proporá e executará as políticas de desenvolvimento das atividades de extensão (programas e projetos sociais, cursos de extensão, eventos, prestação de serviços, cursos de pós-graduação *latu sensu* e programas de residência multiprofissional em cidades) em andamento pelo Instituto das Cidades, conforme a Política de Extensão definida pelo Fórum Brasileiro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e do Regimento Interno da Unifesp.
- Promoverá e coordenará atividades de pesquisa no âmbito do Instituto das Cidades.
- Definirá prioridades do Instituto das Cidades em projetos institucionais de fomento à pesquisa e seus espaços físicos.
- Definirá a oportunidade e condição de abertura de pós-graduações interdisciplinares do Instituto. Na medida em que cursos de pós-graduação *strito sensu* foram abertos, ampliam-se as atribuições da Câmara neste campo.

b. Gestão Acadêmica do Curso de Administração Pública

O curso de Administração Pública, como os demais cursos do Instituto das Cidades, contará com um coordenador e um vice-coordenador pedagógico, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC) e do próprio curso, em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas interdisciplinares do IC. O coordenador do curso será membro da Câmara de Integrada de graduação, extensão e pesquisa e deverá encaminhar as demandas do curso àquela instância de deliberação.

O curso terá um colegiado cujo objetivo será o de estabelecer as diretrizes da gestão administrativa e pedagógica do curso em conformidade com as regras e normas do IC e da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. O colegiado será presidido e representado pelo coordenador do curso, composto por docentes em atividade no curso, incluídos docentes em regime de colaboração, bem como dos representantes discentes e técnicos participantes da Comissão de Curso.

A gestão do curso será operacionalizada por uma Comissão de Curso, responsável por elaborar e atualizar o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IC. A comissão será composta por docentes, discentes e técnicos. Entre os docentes, estarão necessariamente o coordenador e vice-coordenador do curso, além de pelo menos um docente que trabalhe mais sistematicamente em cada uma das modalidades de organização das Unidades Curriculares (UCs).

A comissão de curso contará com a assessoria do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no que diz respeito ao processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPPC. Todos os membros do NDE serão membros da comissão do curso e terão perfil ligado à identidade disciplinar do curso.

A comissão deverá submeter qualquer alteração de PPPC à apreciação de seu colegiado, da Câmara de Graduação, à aprovação da Congregação e à homologação do Conselho de Graduação. Semestralmente, as comissões dos cursos, após ouvidos seus colegiados, propõem a oferta de unidades curriculares (fixas, eletivas e optativas), na forma de UCs, ateliês, laboratórios, oficinas e estágios, que

deverão responder às necessidades formativas dos graduandos e ao PPP do IC, submetendo sua proposta à deliberação da Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos

A diversidade de espaços pedagógicos, em especial do sistema Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO), exige uma dedicação importante da administração do campus para a distribuição, operação e manutenção desses espaços. Para esse fim é estabelecida uma coordenadoria administrativa e executiva de Gestão de Espaços Pedagógicos (GEP), formada por TAEs. Tal coordenadoria atua de forma integrada com divisões administrativas do campus na área de compras, infraestrutura, serviços etc. Tem como objetivo deixar em condições adequadas e de segurança todos os espaços pedagógicos do campus e realizar a alocação semestral dos espaços pedagógicos. Para tanto, esta coordenadoria não tem autonomia deliberativa e remete à Câmara integrada de ensino, pesquisa e extensão, da qual o coordenador de GEP participa, e à Congregação, quando necessário, a decisão de alocação de espaços.

Nenhum espaço pedagógico é de gestão ou uso exclusivo de um curso, linha ou professor. Todos os espaços pedagógicos do Campus são vinculados diretamente ao Instituto das Cidades e deliberações sobre sua destinação, uso, operação, manutenção, reforma etc., são tomadas pelas instâncias colegiadas do Instituto, como a Congregação e a Câmara integrada, e executadas pela GEP.

15. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O sistema de avaliação do curso de Administração Pública respeita o Regimento Geral da Graduação e Regimento Geral da Unifesp no que tange os aspectos de ensino e em conformidade com o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A evolução do aluno é observada e levada em consideração ao longo do curso, pois caso haja necessidade são realizadas reformulações e são implementados novos meios que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem. As dificuldades encontradas pelos discentes no processo de ensino-aprendizado proporcionam aos docentes indicadores que favorecerão a reestruturação do método de ensino utilizado.

As atividades curriculares envolvem solução de casos, trabalhos de campo, seminários, visitas técnicas, provas, entre outros previstos nos planos de ensino e aprovados pela coordenação do curso.

Na avaliação ao longo do curso busca-se identificar habilidades e competências desenvolvidas em cada disciplina para verificar se o aprendizado foi alcançado em cada etapa. Deste modo, considera-se que a assiduidade e eficiência nos estudos implicam em bom aproveitamento das aulas ministradas e atividades curriculares. A frequência mínima para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades didáticas. O abono de falta é vedado, exceto em situações previstas na legislação vigente e no referido Regimento da instituição.

O processo de avaliação dependerá de cada unidade curricular e de cada docente devendo constar no Plano de Ensino, especificando o tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área. A avaliação possibilita a identificação de lacunas e necessidades a serem trabalhadas e a verificação dos resultados alcançados, considerando os conhecimentos, competências e valores construídos, possibilitando mudanças.

Os critérios de nota para aprovação são estabelecidos pela Pró-reitoria de Graduação. O aluno é avaliado durante o período letivo e eventual exame final. A nota atribuída é entre 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitindo-se seu fracionamento em uma casa decimal. A nota 0,0 (zero) é atribuída ao aluno que porventura em avaliações, trabalhos e outros meios de avaliação utilizar-se de meios ilícitos ou não autorizados pelo docente. É considerado aprovado o aluno que obter média das notas das provas, exercícios e outras atividades curriculares maior ou igual a 6,0 (seis). O aluno será reprovado se não atingir a nota mínima necessária maior ou igual a 3,0 (três). Caso o aluno alcance a nota mínima necessária igual a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis) terá o direito de realizar o exame, que ocorre após a divulgação dos resultados finais do rendimento acadêmico do período vigente. Após a realização do exame a média final é calculada pela média aritmética entre a nota do exame e a nota obtida no período letivo. A média final deve ser igual ou maior que 6,0 (seis), e caso isso não ocorra o aluno fica reprovado na UC.

É importante salientar que a avaliação do aluno não é realizada apenas em um único momento e por meio de provas, mas ao longo do período letivo através de seminários, trabalhos individuais e em grupo, exercícios, pesquisas, participação em sala, discussão em grupo, resenhas, elaboração de projetos, reflexão crítica sobre assuntos estudados, entre outros. No plano de ensino de cada disciplina estão explicitados todos os instrumentos e critérios de avaliação a serem utilizados pelo docente. Este é distribuído e explicado no início de cada curso.

b. Sistema de Avaliação e Revisão do Projeto Pedagógico do Curso

A Avaliação de Desempenho do Projeto Pedagógico deverá ser periódica, processual e coletiva. Deverá levar em consideração o resultado dos trabalhos das Unidades Curriculares, dos Núcleos Temáticos, especialmente dos TCCs e Memoriais. Outro indicador da efetividade do projeto pedagógico será o acompanhamento da inserção profissional e acadêmica dos egressos. Esse acompanhamento trará relevantes informações para a revisão do Projeto Pedagógico.

A revisão permanente do Currículo acontecerá por meio de Fóruns abertos e temáticos, que serão convocados com pautas definidas, respeitando os objetivos, princípios e diretrizes de criação do curso, a qualquer momento, acumulando as discussões de avaliação de desempenho do curso e de propostas de alteração no Projeto Pedagógico e sua matriz curricular.

Essas contribuições serão consolidadas em revisões quinquenais ou em intervalos não inferiores a 5 anos, garantindo sua progressividade e avaliação contínua. Exceção feita ao período de implantação do curso quando uma avaliação de desempenho deve ser realizada após a conclusão do segundo ano para ajustes e eventuais mudanças curriculares a serem implementadas até a conclusão da primeira turma.

A inserção do corpo docente ingressante nos processos de avaliação de desempenho e de revisão curricular é parte fundamental do reconhecimento, acolhimento e apropriação do Projeto Pedagógico de criação do curso, a que passa a assumir coletivamente o protagonismo ao propor os aprimoramentos e desenvolvimentos cabíveis.

16. COOPERAÇÃO ACADÊMICA

[Em elaboração. PPP do Instituto das Cidades indica possíveis parceiros]

- a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp**

- b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo**

- c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais**

- d. Cooperação Internacional**

- e. Cooperação com Centros de Pesquisa, Observatórios e Think Tanks.**

17. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs

a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio

A concepção do novo campus da Unifesp na Zona Leste como mini-cidade (ver item 20.a), que funciona como um espaço experimental de planejamento e gestão, favorece que a própria administração do campus funcione como escola de formação complementar para os alunos dos diferentes cursos, por meio de atividades de integração, programa de estágio, bolsas de iniciação à gestão (BIG), escola de governo etc. Além disso, este, por ser o campus que abriga o curso de graduação em Administração Pública, tem a missão de integrar ensino e gestão de forma inovadora, constituindo um elo importante de aprendizado e implementação, tanto para a renovação da própria gestão quanto da graduação. Esta é oportunidade única para apresentação aos estudantes de situações concretas de administração de um órgão público especial, que é a própria Universidade – cuja obrigação é ser um setor do Estado brasileiro capaz de autorreflexão permanente e produção de conhecimento.

A administração-escola do Campus Zona Leste prevê um programa de estágio que poderá atender simultaneamente cerca de 80 estudantes – com um projeto pedagógico específico. O estágio programado é uma atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação dos administradores públicos, arquitetos e urbanistas, geógrafos, engenheiros civis e engenheiros ambientais e sanitários e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional. Trata-se de uma importante etapa no ciclo de vida do aluno na graduação, pois é o momento que permite a articulação interdisciplinar entre as diferentes unidades curriculares com as dimensões teórico-metodológica e técnico-práticas que são necessárias para o exercício profissional. Assim, a gestão do campus se apresenta como espaço importante para escolha e oportunidade de estágio por parcela dos estudantes.

Os alunos do Instituto das Cidades terão a oportunidade de estagiar nas diferentes áreas que compõe a gestão do campus: Administração, Áreas Acadêmica, Complexo de Esporte, Saúde e Alimentação, além dos vários programas de Extensão previstos (Centro de Memória da Zona Leste, Escola de Governo, Escritório Modelo, Observatório de Políticas Públicas, entre outros, alguns já em funcionamento).

A Administração do campus como um todo envolve diversas atividades e diferentes complexidades relacionadas à administração de uma organização pública como, por exemplo, área de compras públicas, contratos e convênios, licitações, planejamento de infraestrutura, gestão de imóveis, gestão com pessoas, tecnologia de informação, gestão ambiental, controladoria, entre outras, sendo estes interessantes espaços que permitirão aos alunos presenciar na prática atividades de planejamento, organização, liderança, comando e controle, desenvolver habilidades e técnicas de negociação assim como capacidades técnicas específicas de cada atividade.

Já as Atividades Acadêmicas contemplam as diferentes atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão do Instituto das Cidades permitindo aos estagiários desenvolver atividades junto à câmara integrada de graduação, extensão e pós graduação, biblioteca, diversos laboratórios e ateliês temáticos e de políticas públicas, entre outros. As grandes oficinas e canteiro experimental também serão espaços

importantes de formação profissional dado que nas oficinas de materiais, maquetes e protótipos, no próprio canteiro experimental, na central ambiental e de reciclagem os alunos poderão fazer a conexão entre os referências teórico metodológicos com os práticos.

Fundamental em todo este processo é a supervisão dos estágios, tanto por docentes dos cursos, como por um representante do Programa de Estágio dentro da Administração-Escola do Instituto das Cidades, a fim de potencializar as possibilidades de aprendizado profissional dos estudantes, garantindo o melhor contato com a realidade dos espaços envolvidos, e estimulando uma reflexão crítica e construtiva capaz de contribuir com a melhor execução das atividades de forma eficiente e eficaz na gestão do espaço e dos recursos públicos.

b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs

Os Técnicos Administrativos em Educação do Instituto das Cidades, são sujeitos fundamentais na construção e desenvolvimento do campus e serão responsáveis por uma série de atividades na gestão do campus e no apoio às atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa. Espera-se que os TAEs:

- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa, cultura e extensão;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas para gestão e operação cotidiana do Campus, mantendo as atividades meio e infraestruturas necessárias para o seu pleno funcionamento;
- Realizem tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Unifesp disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto das Cidades;
- Participem de programas de capacitação e aperfeiçoamento, pós-graduação e pesquisa;
- Contribuam e participem com o desenvolvimento de atividades de cultura e extensão fortalecendo as relações com o entorno do campus e a região da Zona Leste;
- Contribuam com o intercâmbio de conhecimento e troca de informações entre os campi, escolas e institutos da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento de uma Administração-Escola no âmbito do IC, levando sua experiência para o restante da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento discente nas atividades ligadas aos estágios do Programa Administração-Escola, colaborando com o projeto pedagógico de integração ensino-gestão;

- Participem como representantes do IC em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Mantenham reflexão permanente sobre suas práticas administrativas e em assuntos educacionais, como profissionais críticos, conscientes e ativos na construção de uma universidade democrática, eficiente e socialmente referenciada.

18. APOIO AO ESTUDANTE

a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

(Obs.: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs)*. Em cada campus da Unifesp há uma equipe formada por profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde que compõem o NAE. O NAE está vinculado à PRAE e a Direção do Campus e tem como objetivos principais: Contribuir para as Políticas de Permanência estudantil; Executar e contribuir para as políticas de apoio aos(as) estudantes; Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando uma formação integral e de qualidade; Participar, apoiar ou acompanhar projetos vinculados aos(as) estudantes junto à PRAE.
- *Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)*. É um Serviço criado para receber estudantes de todos os Campi que necessitem de atendimento médico especializado e que não seja coberto pelos serviços de saúde do município no qual se encontra o Campus do(a) estudante. São atendimentos em diversas especialidades: odontologia, ginecologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, cirurgia vascular, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e endocrinologia. Conta também com apoio de serviço de enfermagem. Este serviço não pode ser considerado um substituto para os serviços de seu município e nem pode ser tratado como um “plano de saúde” da Unifesp.
- *Restaurantes Universitários*. Em todos os Campi da Unifesp existem Restaurantes Universitários. Neles a comunidade acadêmica pode realizar suas refeições balanceadas (almoço e jantar) com o preço subsidiado. Ou seja, o valor é fixo e bem abaixo do preço da refeição. O(a) estudante paga o preço fixo e a PRAE complementa.
- *PAPE – Programa de Auxílio para o(a) Estudante*. É um dos programas que compõem a Política de Permanência Estudantil da Unifesp. Ele tem como objetivo criar condições de acesso, aproveitamento e permanência plenos da formação acadêmica aos(as) estudantes que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica através da concessão de auxílios. A análise para concessão dos auxílios é realizada pela assistente social do NAE de cada campus por meio de um estudo para identificar o perfil do(a) estudante que pode ser classificado como:
 - Perfil I: caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil II: caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil III: caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil IV: caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil V: caracteriza situação de vulnerabilidade financeira, ou seja, apenas atende ao perfil de renda estabelecido pelo PNAES sem apresentar outros indicadores sociais (perfil não prioritário).
- *PBP - Programa de Bolsa Permanência*. É um programa do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em

situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao(à) estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Este programa somente atende estudantes de cursos com 05 ou mais horas diárias de aula. Os(as) demais estudantes não contemplados por este critério podem solicitar os auxílios do PAPE, conforme as normas deste programa.

- *Atenção à Saúde Física e Mental Acolhimento em Saúde.* Entrar na universidade é um momento de mudanças intensas na vida do(a) estudante. Muitas questões novas se colocam: como estudar, onde morar, com quem contar, onde ir, o que fazer com tudo o que aprendi e não funciona mais nesse novo lugar? Essas, entre outras questões, podem nos levar a caminhos diferentes; por um lado, podemos ficar mais frágeis e todo esse processo se tornar mais difícil ou podemos nos tornar mais potentes e todas essas questões podem nos impulsionar na nossa vida acadêmica. Em ambas situações é importante saber que temos na universidade uma equipe de profissionais abertos a acolher e ajudar os estudantes a encaminhar as questões que emergem nesse momento, assim como nos demais momentos do ciclo de formação. As ações desenvolvidas nos NAEs são baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e contam com o acolhimento de demandas do(a) estudante e do contexto universitário de modo a encaminhá-las para as unidades de atenção (internas e externas) de acordo com cada especificidade. Além do acolhimento, a política de atenção em saúde trabalha a partir de eixos (alimentação, sexualidade, atividade física, cultura, lazer, pertencimento, articulação e mobilização) que organizam as ações desenvolvidas junto aos(às) estudantes da universidade. Essa organização considera as dimensões mais sensíveis ao ciclo de vida universitário e permite a ampliação de temas de acordo com as possibilidades e necessidades tanto da universidade quanto dos(as) estudantes.
- *Rede Procultura Unifesp.* Tem como objetivo mapear e auxiliar as atividades culturais no âmbito das ações da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer da PRAE.
- *BIG - Bolsas Iniciação à Gestão.* O Programa BIG atribui bolsas e tem como objetivo oferecer ao(à) estudante espaços e condições para a iniciação e desenvolvimento de atividades que promovam aprimoramento de suas futuras habilidades profissionais. Este programa tem uma natureza ao mesmo tempo acadêmica e profissionalizante, no que diz respeito ao processo de formação e vivência universitária em setores relacionados à gestão educacional, institucional e social. Nele, podem concorrer projetos de servidores da Universidade. O Programa BIG PRAE atribui bolsas e tem como objetivo potencializar as ações de permanência estudantil, trabalhando junto com estudantes bolsistas em atividades que promovam a criação, o acompanhamento e aprimoramento de políticas institucionais sobre esse assunto em cada campi da Unifesp. Nele, os(as) bolsistas trabalham em projetos desenvolvidos pelas equipes dos NAE e SSCD e Coordenadorias da PRAE.
- *Promisões - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior.* Tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro de R\$ 622,00 (valor em 2015) para alunos(as) estrangeiros(as) participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados(as) em cursos de

graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos(as) estudantes durante o curso, já que muitos(as) vêm de países pobres.

- *Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)*. Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.
- *Auxílio a transportes para atividades complementares*. As atividades complementares visam promover a sociabilização, o estímulo da criatividade e a autoestima dos(as) estudantes da Unifesp. Durante o ano você pode solicitar transporte coletivo, destinado a apoiar sua participação em eventos de caráter político, didático-pedagógico, cultural ou esportivo.
- *Procultura Estudantil e Proesporte Estudantil*. Os editais constituem parte da política da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer e tem como objetivo dar apoio financeiro a projetos nas áreas de cultura e esporte.

b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação

(Obs.: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC*. É voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior, visando contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI*. Foi criado no sentido de estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação, visando contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento

tecnológico e inovação, para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF).* É uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este Programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SUBPAA / SEPIIR-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT.
- *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Unifesp.* Tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura visando aprimorar a formação, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.
- *Programa de Monitoria.* Visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.
- *Programa Jovens Talentos.* Visa capacitar o aluno recém ingresso na Universidade, selecionado por prova de conhecimento gerais específico elaborado pela CAPES e CNPq, para desenvolverem após um ano, Programas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI/PIBIF-Af), PIBID ou Ciência sem Fronteiras.
- *Programa de Educação Tutorial (PET).* É uma política do Ministério da Educação que foi criada para apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão. A partir de editais específicos, são formados grupos tutoriais de aprendizagem que possibilitam a realização de atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica do graduando de acordo com o plano de desenvolvimento institucional e do projeto pedagógico da graduação. Cada grupo PET é formado por um docente tutor e por estudantes, que recebem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- *Programa de Aperfeiçoamento Didático (PAD).* É uma política institucional de formação de professores para o ensino superior, caracterizando-se como espaço de aprendizagem sobre o magistério superior na perspectiva de dialogar com a formação docente universitária inicial e permanente de mestrandos e doutorandos. O PAD abrange os estudantes de Programas de Pós-

Graduação Stricto Sensu de mestrado ou doutorado. Parte-se do princípio de que o preparo para a função docente não significa apenas a instrumentação técnica, mas também uma reflexão crítica desta prática e da realidade onde esta se realiza.

19. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Docentes do Curso de Administração Pública

- *Estimado em 27 docentes*
- *Apresentação de mini-cvs (ainda não há docentes concursados/alocados)*

b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades

- *Total de docentes pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos, com vagas a serem enviadas progressivamente até 2018: 159*
- *Total de docentes dos 8 cursos: 243*

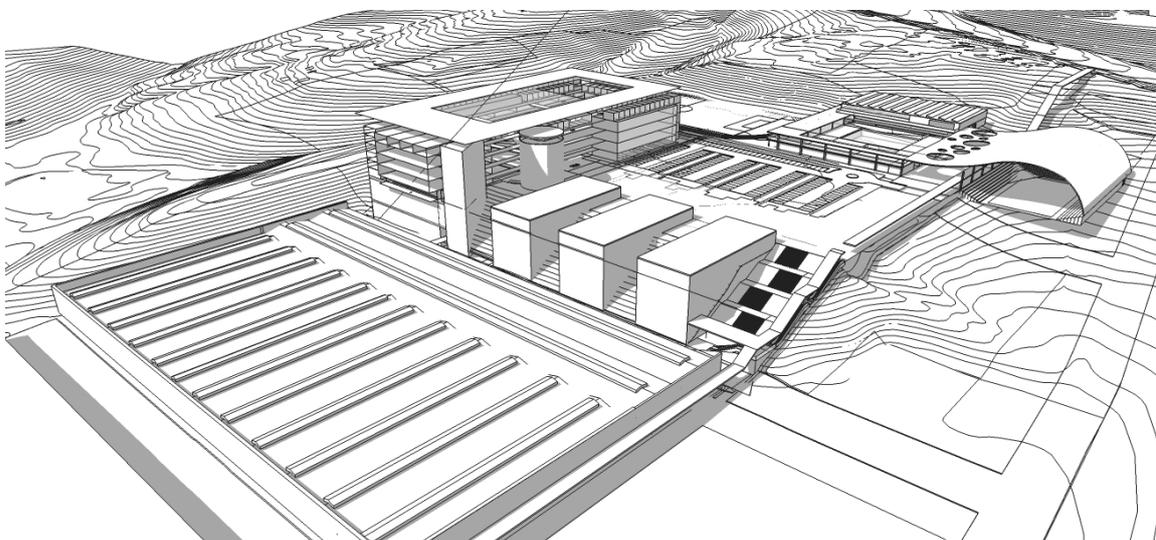
c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste

- Total de TAEs pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos: 184
- Destes 74 TAEs classe E (Nível Superior) e 110 TAEs classe D (Nível Médio)
- 80% dos TAEs são alocados no Campus e 20% na Reitoria ou livre distribuição desta
- Assim, o Campus contará até 2017, conforme a pactuação com: 147 TAEs, sendo 59 de Nível E e 88 de Nível D

20. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES



Vista aérea do terreno e edifícios da antiga metalúrgica Gazarra – Campus Zona Leste, 2013.



Estudo Preliminar de Arquitetura e Urbanismo para o Campus Zona Leste realizado pelo Escritório Público de Projetos das Pró-Reitoria de Planejamento da Unifesp.

a. Campus como mini-cidade escola

A oportunidade de realizar o Instituto das Cidades será também a de entender o Campus Zona Leste como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes. Entre elas, testar novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras; pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga; realizar uma política de gestão ambiental e de resíduos, monitoramento constante de emissões, reuso de água e eficiência energética, com objetivo de redução da pegada ambiental; combinar e alternar momentos de estudo com os de “trabalho” (dentro das oficinas da antiga fábrica, mantida como espaço de produção); realizar ações piloto de intervenção, manutenção e recuperação em edificações, móveis e equipamentos do campus; realizar plenárias e grupos de trabalho de avaliação, mapeamento, planejamento e administração do Campus, como exercício de gestão de uma pequena cidade; tudo isso com o objetivo de se tornar um campus sustentável, construtivamente inovador, acolhedor e democrático.

O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas, de uso e ocupação da sua gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m², com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário. De tal forma que a mini-cidade dialoga com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos. Seja com a recomposição e gestão da APP e recuperação das duas nascentes e córregos; com a destinação de ao menos 10 mil m² (1ha) para agricultura urbana, com horta e pomar, que abastecerá o Restaurante Universitário; a manutenção e renovação do prédio principal da indústria Gazarra para instalação das grandes oficinas e canteiro experimental; e, por fim, as novas edificações universitárias. De modo que tempos e naturezas distintas se interrelacionam, dialogam e são espaços pedagógicos para compreensão de uma mini-cidade que se faz com consciência do seu sentido histórico, seus patrimônios e memórias.



Perspectivas internas do edifício principal (estudo preliminar, Pró-Reitoria de Planejamento)

b. Plano Diretor do Campus e Fases de Implantação do Campus

O partido projetual do Plano Diretor Preliminar (*Master Plan*) do campus procura potencializar suas conexões com a situação urbana onde se encontra. A parte frontal do terreno, na Av. Jacu-Pêssego, é entendida como a “fachada metropolitana” do campus. Nessa avenida passará um corredor metropolitano de ônibus que integrará diversas estações de metrô e ônibus, além das regiões do ABC com Guarulhos e o Rodoanel. É por ali que chegará grande parte do público da universidade, onde se pretende que a estação do corredor metropolitano de ônibus tenha sistema de passarelas que permita o acesso direto ao campus, sem a necessidade de atravessar a movimentada avenida.



Na fachada metropolitana a universidade se apresenta aos cidadãos, com edifícios de grande presença e de uso público, compartilhado entre universidade e a sociedade em geral. O edifício denominado de Bloco A abrigará teatro, cinema, biblioteca central do campus, Centro de Memória da Zona Leste, Observatório de Políticas Públicas, Universidade Aberta da Terceira Idade, Incubadora de

Cooperativas, entre outros projetos de extensão universitária, praças cobertas e abertas e um restaurante que pretende atender tanto ao público acadêmico quanto a outros usuários desse equipamento de cultura e extensão. A fachada metropolitana é, desse modo, expressão do desejo da universidade de manter seu diálogo com a sociedade, de oferecer equipamentos que possam ser utilizados por públicos diversificados. É também reconhecimento da mobilização popular que deu origem ao campus – e de que a sociedade não pode ser apartada da universidade por muros físicos e simbólicos.

A outra fachada, para a Rua Sho Yoshioka, é denominada de “fachada de bairro”. Nela definimos a localização de equipamentos da universidade que colaboram para a animação da vida de bairro e novos serviços. São eles a creche, a Moradia Estudantil e o Clube Atlético do campus. A Rua Sho Yoshioka interliga bairros populares com o Parque do Carmo e o Sesc Itaquera. Pode-se pleitear junto à prefeitura a qualificação dessa via, incluindo ciclovias e novos empreendimentos habitacionais e de uso misto. A área destinada ao Clube Universitário integrar-se-á à APP, com Mata Atlântica e duas nascentes de córregos intermitentes. Essa área será preservada integralmente, recuperada no que for necessário e aproveitada em seu potencial paisagístico, com trilhas para caminhadas. A Moradia Estudantil deve ser pensada, como já vem sendo proposto nos debates e comissões internas da Unifesp, não apenas como alojamento, mas como uma república (*res-publica*) estudantil. Isto é, como espaço de autonomia para atividades, debates, estudos, festas, cineclube, cozinhas coletivas – um exercício de socialização dos jovens, diferenciado do isolamento doméstico convencional. A moradia estudantil, que também será fruto de concurso organizado para todos os campi da Unifesp, deverá ser exercício para se pensar novas organizações espaciais, qualidades ambientais e tecnologias para a moradia econômica, não apenas estudantil, mas que é resultado das políticas públicas habitacionais.

No interior da gleba, propõe-se que o platô que abriga o prédio principal da antiga fábrica Gazarra e da cooperativa que lhe seguiu tenha grande parte do edifício mantido e recuperado. Essa é uma decisão tanto para manter viva a memória operária da zona leste, para a qual esse prédio faz referência a um importante espaço do mundo do trabalho, quanto para ser utilizado novamente em atividades práticas e de produção, agora experimentais e acadêmicas. A fábrica recuperada será o Bloco B, com oficinas de materiais (madeira, metais, concreto, argamassa armada, tijolo e cerâmica, terra crua, bambu, fibras vegetais, etc.), o Canteiro Experimental coberto (que contará com ponte rolante e executará exercícios modulares e de pré-fabricação leve), o Setor de Protótipos e Modelos, uma pequena gráfica e, por fim, as Centrais de Monitoramento Ambiental e de Gestão de Resíduos e Reciclagem – que fará pesquisa na área e o tratamento do próprio lixo do campus, incluindo o das oficinas. A manutenção do prédio da antiga fábrica não significa que deva permanecer intocado, mas pode sofrer interferências, aberturas, demolições e recomposições parciais, para melhor atender ao programa de necessidades, incluindo áreas de convivência coberta e praças.

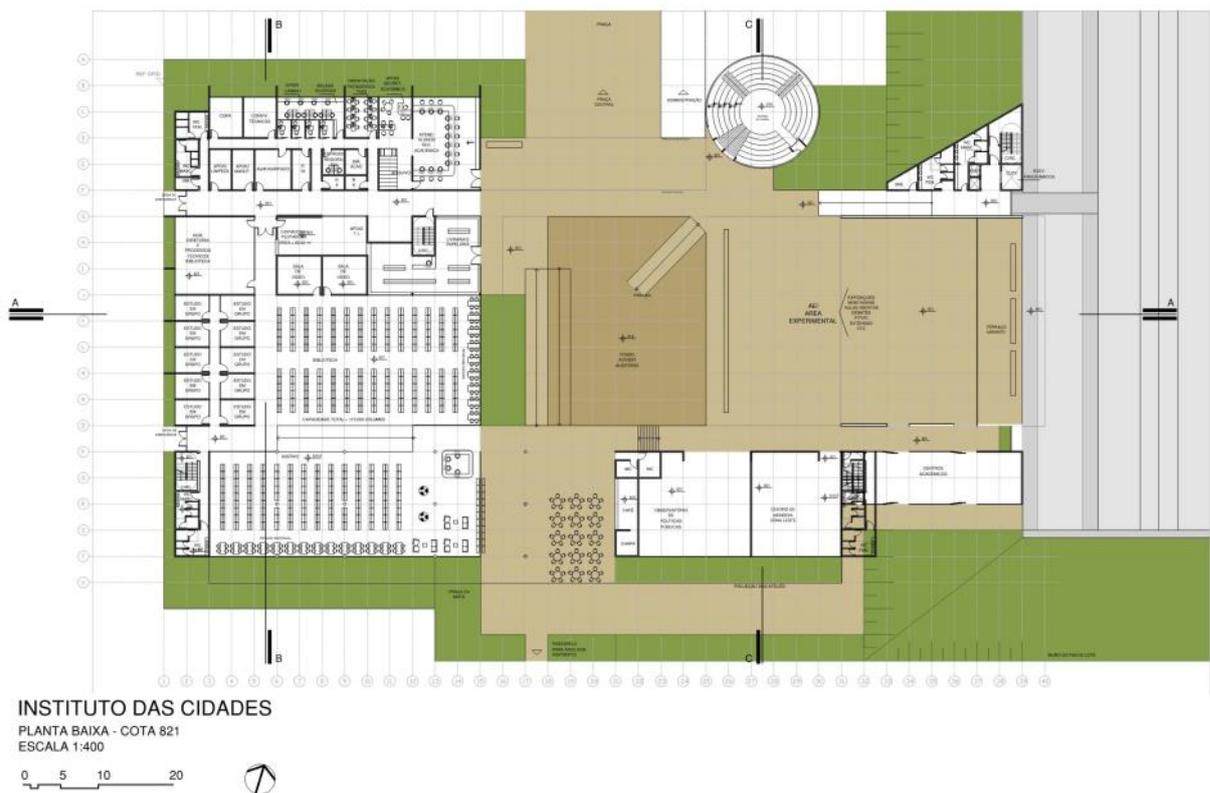
O segundo platô, mais acima, é a área destinada ao ensino e à pesquisa. Ali serão instalados os prédios dos institutos do campus. O primeiro deles, o Bloco D, será o Instituto das Cidades. Nele estarão as salas de aula, ateliês de projeto, laboratórios de ensino e pesquisa, salas de professores, direção e secretarias acadêmicas. Também faz parte do programa um auditório, uma cantina e uma praça coberta para exposições, convívio e grandes debates. A circulação dos usuários deve permitir que visualizem os ateliês de projeto e mesmo os laboratórios com todas as suas atividades, exibindo a animação do

aprendizado aplicado e interdisciplinar. O Bloco D ainda pode explorar sua fachada sul, sem incidência solar direta e com potencial para ser envidraçada, com vista para a Mata Nativa no entorno dos corpos d'água.

Entre os dois platôs, na condição de edifício-infraestrutura, que colabora com a urbanização de um talude e sua contenção, estará o Bloco C, de Administração e áreas técnicas. Deverá ser um bloco baixo e linear, paralelo à antiga fábrica, com térreo com almoxarifados centrais, áreas de apoio a terceirizados, áreas técnicas de geradores e datacenter, além de um miniambulatório. Nos andares superiores serão instalados os setores administrativos, apoio acadêmico e direção do campus, concentrando grande parte dos servidores técnicos da universidade.

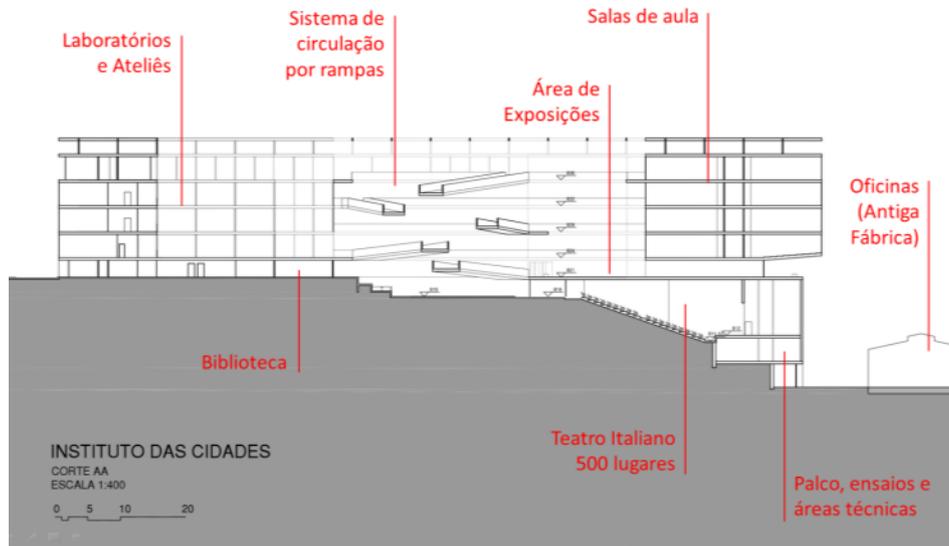
Obs: Os trechos a seguir, apresentando projetos e descrevendo a infraestrutura do Instituto das Cidades e do Campus serão detalhados concomitantemente ao desenvolvimento do projeto executivo, que ocorrerá a partir de setembro/15.

c. Edifício Principal do Instituto das Cidades

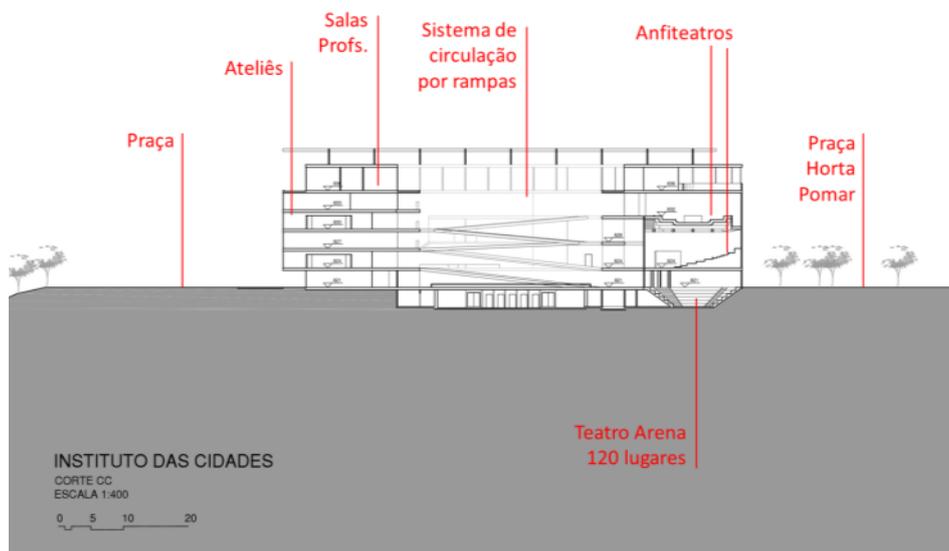


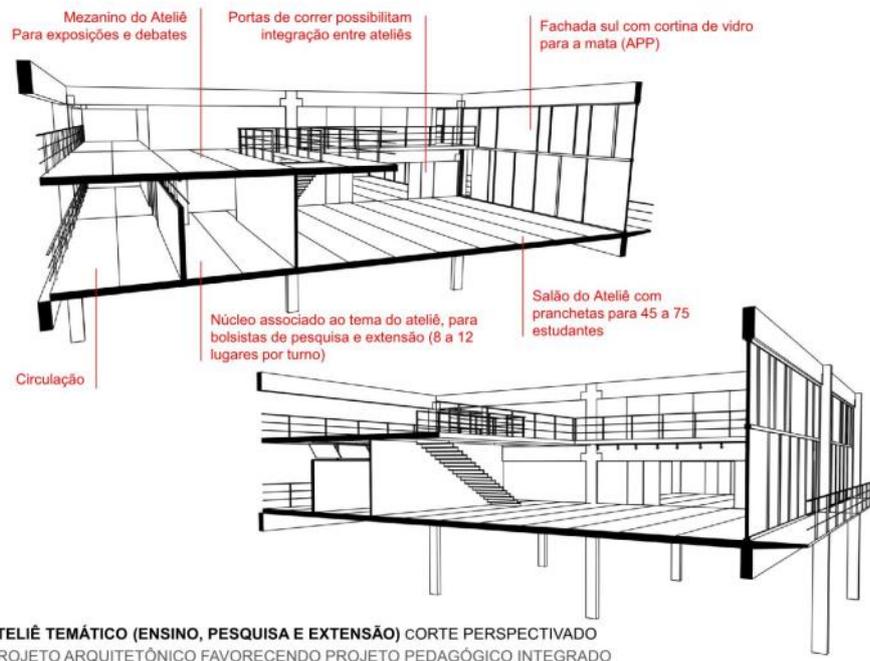
Estudo Preliminar completo do edifício disponível no site: www.unifesp.br/campus/zonaleste

Corte longitudinal



Corte transversal





- d. Ateliês
- e. Laboratórios de Ensino
- f. Oficinas
- g. Canteiros Experimentais
- h. Núcleos de pesquisa e extensão associados aos ateliês, laboratórios e oficinas
- i. Salas de aula
- j. Infraestrutura dos Programas de Extensão
- k. Teatros e auditórios
- l. Biblioteca
- m. Livraria e Papelaria
- n. Área esportiva e da saúde
- o. Restaurante Universitário e Agricultura urbana
- p. Áreas verdes e praças
- q. Secretarias acadêmicas e áreas administrativas
- r. Escritórios de professores e secretarias de cursos

- s. **Sistemas de água, esgoto, energia e monitoramento ambiental (visitáveis e de caráter pedagógico)**
- t. **Moradia Estudantil**
- u. **Creche municipal no Campus**

21. EMENTÁRIO

[Não elaborado até o momento]

22. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F.; SASTRE, G. (Org.). Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2009, 236p.

BARBOSA, Eduardo F.; MOURA, Dácio G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v.39, n.2, p.48-67, maio/ago, 2013.

COELHO, Fernando S. Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público. Um estudo sobre ensino de administração pública – em nível de graduação no Brasil. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo (EAESP/FGV), São Paulo, 2006.

IBGE (2015). Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

IBGE (2015). Projeção da População Brasileira. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 01 Nov 2015.

IBGE (2012). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010.

PIRES, V., SILVA, S. A. M., FONSECA, S. A., VENDRAMINI, P., COELHO, F. S. Dôssie - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

Análise dos projetos pedagógicos de Administração Pública das seguintes Instituições brasileiras:

- Curso de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas - RJ
- Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Curso de Gestão Pública Tecnológico da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Curso de Administração Pública da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getulio Vargas – SP
- Curso de Administração Pública da Universidade Estadual Julio Mesquita Filho - UNESP.
- Curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro – Minas Gerais.
- Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes Ciências e Humanidades – EACH – USP.
- Curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC – UFABC.
- Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília – UNB.
- Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA.

Análise dos projetos pedagógicos de cursos voltados à Administração Pública de diversas Instituições estrangeiras.

- Stanford University
- Harvard University
- The University of Manchester
- Massachusetts Institute of Technology
- The University of Chicaco
- University College London
- University of California Los Angeles
- New School
- Universidad de Buenos Aires
- New York University
- Michigan University
- Columbia University
- Georgia Institute of Technology
- The London School of Economics and Political Science
- Universidad de Chile

23. ANEXOS

a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC

Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades da Unifesp. Aprovado no Consu e Conselho de Graduação entre 2014 e 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Resolução CNE/CES no, 1, de 13 de Janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso

Aprovação da Implantação do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste no Conselho Universitário em 17 de dezembro de 2014.

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Atas_Autorizativas/Consu/Ata_Consu_17-12-14.pdf

Pactuação do IC e Campus Zona Leste com o MEC assinada em 18 de dezembro de 2014

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada_.pdf

Demais atas e aprovações:

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas

Atas do Conselho Universitário (CONSU) da Unifesp

Ata de 08 de abril de 2015

Ata de 17 de dezembro de 2014

Ata de 12 de junho de 2013

Ata de 10 de abril de 2013

Atas do Conselho de Graduação (CG) da Unifesp

Ata de março de 2015

Ata de novembro de 2014

Ata de outubro de 2014

Ata de abril 2013

c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do curso de graduação em administração pública visa ampliar as condições de formação profissional do aluno por meio da integração dos vários conhecimentos, valores e habilidades/competências apreendidos e construídos ao longo do curso. Além disso, pretende facilitar o aprendizado de procedimentos metodológicos de pesquisa, permitindo uma melhor compreensão do mecanismo geral do desenvolvimento científico, incluindo atividades de levantamento de dados, consultas bibliográficas e redação científica.

O detalhamento das disciplinas de Projeto de TCC e de TCC, e seus respectivos produtos finais, são definidos em regulamento específico (a ser elaborado). O TCC constitui-se de uma atividade curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, e sua aprovação é condição para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública. Ele é composto de duas disciplinas: Projeto de TCC e TCC. Para cursar a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatoriamente o discente deverá ter concluído e sido aprovado na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de TCC).

O produto final da disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um Projeto de TCC, nível graduação, elaborado individualmente pelo aluno. O produto final da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades nível graduação, elaborado individualmente pelo aluno, sob orientação de um professor do curso de administração pública. O TCC poderá ser um estudo empírico, teórico, ou o desenvolvimento de técnicas e produtos, relacionados com as áreas de conhecimento pertinentes ao curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho orientado sobre um tema escolhido pelo aluno e aprovado pelo professor orientador, em qualquer área do conhecimento da Administração Pública e sua avaliação será realizada por uma banca examinadora. São elegíveis para o TCC temas específicos nas áreas acadêmicas, metodológicas e/ou aplicadas, compatíveis com o nível de graduação. Os temas coincidentes com aqueles desenvolvidos pelo aluno na Iniciação Científica, em Estágios, em Monitorias, e alinhados com pesquisas dos docentes em grupos de pesquisa, em estágios externos em organizações públicas ou privadas e em projetos institucionais, devem contemplar expansão de conteúdo.

São objetivos gerais do TCC:

- Consolidar estudo constituído por uma síntese explicativa e/ou pela indicação contextualizada de alternativas de solução face a dilemas enfrentados pela(s) administração pública, explicitando capacidade de análise, reflexão e crítica.

- Propiciar aos alunos a capacitação e aptidão cognitiva para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas relativas às organizações públicas e/ou privadas com fins públicos ou com relações com órgãos públicos.
- Agregar ao aluno habilidades específicas para a gestão pública, possibilitando a construção de estudos capazes de contribuir para o desenvolvimento de organizações regionais, nacionais e internacionais.
- Enriquecer as fontes de pesquisa, fomentando a produção do conhecimento, mediante o desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos e de outros agentes da sociedade.
- Permitir que o aluno concretize, de forma autônoma, articulada e criativa, o conjunto de experiências realizadas no decorrer de sua formação acadêmica e profissional.

A coordenação do TCC é definida pela Comissão de Curso de administração pública e periodicamente renovada conforme disponibilidade dos docentes do curso. A coordenação das atividades vinculadas ao TCC é realizada pelo coordenador do TCC, juntamente com os professores orientadores. A orientação do TCC, entendida como processo de acompanhamento didático pedagógico, é de responsabilidade do docente do curso de administração pública.

O TCC se consolida com a apresentação escrita e sua exposição oral perante uma banca examinadora da qual faz parte o professor orientador, um professor convidado do curso de administração pública e opcionalmente um professor de outro curso do IC. A nota a ser atribuída pela banca examinadora julga o trabalho escrito e o desempenho na apresentação e capacidade de argumentação nos questionamentos orais, conforme requisitos de avaliação do TCC, constantes no regulamento de TCC. A nota final do TCC é a média aritmética dos 2 membros que compõe a banca examinadora. Para ser aprovado na unidade curricular Trabalho de Conclusão de Curso o aluno deverá tirar nota igual ou superior a média de aprovação prevista no Regimento Interno da Unifesp. As defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso são realizadas em sessão pública.

O Projeto de TCC é composto das seguintes partes: Capa, Folha de rosto, Sumário, Introdução, Problema e/ou pergunta problema, Hipóteses (quando houver), Objetivos (Geral e Específicos), Justificativa, Referencial teórico, Metodologia, Recursos técnicos e previsão de custos, Cronograma, Referências.

O TCC é composto das seguintes partes: Capa, Folha de rosto, Dedicatória, Agradecimentos e Epígrafe, Resumo, Lista de tabelas, gráficos e figuras, Lista de Siglas, Sumário, Introdução, Problema e/ou pergunta problema, Hipóteses (quando houver), Objetivos (Geral e Específicos), Justificativa, Referencial teórico, Metodologia, Apresentação e Discussão dos Resultados, Considerações Finais ou Conclusões, Referências, Notas explicativas, Apêndices ou anexos. O detalhamento do conteúdo do Projeto de TCC e do TCC consta no respectivo regulamento (em elaboração).